

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 062/2022
Data: 18/05/2022**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
EMPRESA OFERECE R\$ 100 MILHÕES A QUEM APRESENTAR SOLUÇÕES LOGÍSTICAS AOS PORTOS BRASILEIROS	4
DESESTATIZAÇÃO OU REFORMAS PORTUÁRIAS?.....	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	6
ANTAQ AUTORIZA EMPRESAS A OPERAREM NAS NAVEGAÇÕES INTERIOR E DE APOIO PORTUÁRIO	6
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	7
VOO SIMPLES: SENADO APROVA PROPOSTAS PARA REDUZIR BUROCRACIA DO SETOR AÉREO	7
GOVERNO FEDERAL AUTORIZA NOVAS OBRAS NO AEROPORTO DE FERNANDO DE NORONHA	7
DUPLICAÇÃO DA BR-101/SE VAI DESENVOLVER TURISMO NA DIVISA DO SERGIPE COM ALAGOAS	8
DUPLICAÇÃO DE RODOVIA VAI FACILITAR ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BOA VISTA (RR)	9
GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF.....	10
SUPERÁVIT DA BALANÇA COMERCIAL CHEGA A US\$ 22,89 BILHÕES EM 2022, ATÉ A SEGUNDA SEMANA DE MAIO.....	10
MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARTICIPA DE CONGRESSO SOBRE MERCADO GLOBAL DE CARBONO	11
BE NEWS – BRASIL EXPORT	12
EDITORIAL - PLEITO FERROVIÁRIO	12
NACIONAL - HUB – CURTAS	12
DRAWBACK 1	12
DRAWBACK 2	13
DRAWBACK 3	13
IMPACTO	13
BRADO	13
NACIONAL - MINISTÉRIO ENCAMINHA MP PARA AUMENTAR QUADRO DE DIRETORES NA ANTAQ.....	13
REGIÃO SUDESTE - ABTRA APRESENTA A 2º EDIÇÃO DO PORTO HACK SANTOS	15
REGIÃO SUL – PARA AGÊNCIA, ACESSO AQUAVIÁRIO PRIVADO NO PARANÁ DEVE REDUZIR TARIFA	16
REGIÃO SUL - GOVERNO ESPERA LEILÃO DO PORTO DE ITAJAÍ EM 2022	18
REGIÃO SUL - GOVERNO VAI ANALISAR CONCESSÃO DA HIDROVIA DA LAGOA MIRIM	19
REGIÃO SUL - SUL EXPORT DESTACA UNIÃO DE AUTORIDADES E DO SETOR PRIVADO	20
REGIÃO SUL - APROXIMAÇÃO DE CICLONE LEVA ITAJAÍ E PORTOS DO RS A SUSPENDER OPERAÇÕES.....	21
REGIÃO SUL - PORTO DE IMBITUBA PRECISA SER UM CORREDOR LOGÍSTICO CONSOLIDADO, DIZEM TERMINAIS	22
REGIÃO SUL - S. CATARINA INVESTE R\$ 160 MILHÕES PARA AGILIZAR OBRAS EM RODOVIAS FEDERAIS	24
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	24
CONCESSÃO DOS CANAIS DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ É DESTAQUE DO SUL EXPORT	25
DP WORLD INAUGURA NOVO TERMINAL DE CONTÊINERES NA SÉRVIA	25
PORTO DE SAVANNAH REGISTRA QUASE MEIO MILHÃO DE TEU EM ABRIL	26
LOCKDOWN NA CHINA PODE FREAR EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NESTE ANO, APONTA FGV	27
COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO CMA CGM BUSCA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DE BAIXO CARBONO	28
MP MUDA TABELA DO PREÇO DO FRETE RODOVIÁRIO DE CARGA	29
FERTILIZANTES: BRASIL SEGUE IMPORTANDO DA RÚSSIA.....	30
JORNAL O GLOBO – RJ.....	31
DEPUTADOS ARTICULAM PROJETO QUE REDUZ A 17% ICMS PARA COMBUSTÍVEIS E CONTA DE LUZ.....	31
CRÉDITO PODE ACELERAR TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, AVALIAM EXECUTIVOS DE BANCOS EM EVENTO SOBRE DESCARBONIZAÇÃO.....	32
BRASIL TEM POTENCIAL DE ENERGIA EÓLICA NO MAR EQUIVALENTE A 50 USINAS DE ITAIPU	34
PLATAFORMA MEDE PEGADA DE CARBONO DA CONSTRUÇÃO CIVIL	35
PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS SERÁ APROVADA HOJE E GOVERNO JÁ DEFINE A DATA DA CAPITALIZAÇÃO	36
ELETROBRAS: TCU RETOMA HOJE JULGAMENTO QUE PODE DEFINIR 1ª PRIVATIZAÇÃO DE BOLSONARO.....	37
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	38
BOLSONARO PERMITE QUE SERVIDOR PÚBLICO TRABALHE DE CASA, ATÉ DO EXTERIOR, DESDE QUE CUMPRA METAS	38
ELETROBRAS: TCU TEM MAIORIA PARA APROVAR PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA ESTATAL	40
LATAM ANUNCIA RETOMADA DO SERVIÇO DE BORDO EM VOOS PARA 1º DE JUNHO	42
GOVERNO DEVE MANTER PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO PIB NESTE ANO EM 1,5%	42
PETROBRAS ESTUDA INVESTIMENTO EM USINA EÓLICA NO MAR, EM PARCERIA COM A EQUINOR.....	43



EM REUNIÃO COM LIRA, SACHSIDA SUGERIU PIS/COFINS E RECURSOS DA ELETROBRAS PARA DIMINUIR CONTA DE LUZ.....	45
VALOR ECONÔMICO (SP).....	46
ÍNDICE DE CONFIANÇA DO AGRONEGÓCIO CALCULADO PELA FIESP SUBIU NO 1º TRI.....	46
HORIZONTE PREVÊ DOBRAR PROJETO DE NÍQUEL	48
PRIVATIZAÇÃO NÃO GARANTE PREÇOS BAIXOS NA PETROBRAS	49
DESACELERAÇÃO DA CHINA DESAFIA AMBIÇÕES DE XI	50
FOLHA DE SÃO PAULO - SP	52
CONCESSÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO DEVE AVANÇAR NOS PRÓXIMOS DIAS	52
AGÊNCIA BRASIL - DF	52
EMPRESAS AÉREAS: SENADO APROVA GRATUIDADE NO DESPACHO DE BAGAGENS	52
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	53
THC: ARMADORES PEDEM QUE ANTAQ REVEJA PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA CONDUTAS ABUSIVAS	53
RESOLUÇÃO SOBRE RECURSOS DE CONTAS VINCULADAS CARECE DE ADEQUAÇÃO AO BR DO MAR, AVALIA ÁBAC	55
ANTAQ PROMETE MAIS CLAREZA NAS NOVAS REGRAS SOBRE THC	56
AGENTES VEEM BOAS OPORTUNIDADES PARA LIGAÇÃO ENTRE LAGOA DOS PATOS E LAGOA MIRIM.....	57
ESTUDO REVELA QUE DEMANDA FUTURA DE COMBUSTÍVEL PARA O SETOR MARÍTIMO É IGUAL À ATUAL PRODUÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	58
PORTO DE SUAPE GANHA CAMPUS AVANÇADO DA UFRPE	59
GRUPO DISLUB EQUADOR E COMPLEXO DO PECÉM ASSINAM PRÉ-CONTRATO PARA INSTALAÇÃO DE PARQUE DE TANCAGEM DE COMBUSTÍVEIS.....	61
BRADO PASSA A INTEGRAR PACTO GLOBAL DA ONU	61
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	62
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	62



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

EMPRESA OFERECE R\$ 100 MILHÕES A QUEM APRESENTAR SOLUÇÕES LOGÍSTICAS AOS PORTOS BRASILEIROS

Expectativa é que entre 10 e 15 grupos sejam selecionados nos próximos dois anos

Por: Ágata Luz



Empresa de comércio exterior tem parte de sua rotina ligada ao Porto de Santos, de suma importância para a economia nacional Foto: Divulgação/SPA

Em busca de soluções para antigos problemas da logística portuária brasileira, uma empresa anunciou que investirá R\$ 100 milhões em startups que tenham projetos ligados ao comércio exterior. A expectativa da companhia Comexport é que entre 10 e 15 grupos sejam selecionados nos próximos dois anos e os interessados já podem enviar suas propostas

para análise.

"A gente está construindo um novo mercado que ainda está apagado no Brasil. Chamamos de comexotech. São as empresas de tecnologia do comércio exterior", explica Rodrigo Guerra, que é CFO (chefe financeiro) da Comexport, atuante há 50 anos no ramo do comércio exterior e que tem parte de sua rotina ligada ao Porto de Santos, de suma importância para a economia nacional.

"A gente importa uma quantidade enorme de itens pelo Porto de Santos e temos interesse em qualquer startup que possua algum tipo de solução para ajudar a resolver problemas de gargalos logísticos, fiscais ou tributários, diminuir o fluxo de papéis, oferecer créditos e resolver problemas que os importadores tenham. Estamos procurando para investir".

De acordo com Guerra, após cinco anos e R\$ 50 milhões de investimentos em tecnologia e inovação dentro da própria empresa, por meio do desenvolvimento de diversos tipos de sistemas, a Comexport resolveu partir para o 'open innovation'. "Inovar com gente de fora, com quem não é funcionário da empresa. A gente tem experiência e, por isso, quer encontrar startups com empreendedores que estejam com vontade de transformar o comércio exterior brasileiro com informações inovadoras".

O objetivo é usar a tecnologia para construir um "ecossistema exterior" capaz de resolver problemas logísticos portuários. "Onde dói para nossos importadores e exportadores brasileiros", relata Guerra, dizendo que o investimento não se trata de uma obrigação, e sim uma solução encontrada pela empresa, que já colheu resultados positivos ao apostar em duas startups que facilitam a cotação de frete internacional.

A Comexport realiza uma busca rigorosa por startups em pesquisas, indicações e até pela mídia, mas também aceita contato por meio do e-mail comexotech@comexport.com.br. "O e-mail é o ponto de partida. Não descartamos nada, pois quando a gente acha que faz tudo do comércio exterior, tem gente que chega para mostrar que não é tudo", enfatiza, dizendo que o objetivo é conhecer as mais diversas soluções logísticas.

No entanto, para o projeto, a startup precisa estar minimamente estruturada, com algum cliente e faturamento. "Procuramos por empresas que estejam começando a crescer e precisem de uma ajuda para se organizar e trocar ideias. Não é só dinheiro pelo dinheiro", destaca Guerra.

Por isso, a busca é por empresas que ofereçam soluções de contratação de desembaraço aduaneiro no ambiente virtual, tenham gestão de carta de crédito on-line e façam financiamento para pequenos e médios importadores, entre outras características. “A gente busca estar presente na estratégia da empresa, ajudar com tecnologia e estruturá-la com a parte legal, tributária, trabalhista, fiscal e contábil”, finaliza o CFO.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/05/2022

DESESTATIZAÇÃO OU REFORMAS PORTUÁRIAS?

Em pauta Problemas reais para o futuro dos portos brasileiros são discutidos publicamente

Por: Frederico Bussinger



Foto: Carlos Nogueira/Arquivo/AT

Finalmente problemas reais e estratégicos para o futuro dos portos e da logística brasileira passaram a ser discutidos publicamente nesse início de ano. Também já se ouviu a voz da Prefeitura de Santos. E se os donos de cargas seguem silentes, entidades dos prestadores de serviço vêm se posicionando sobre questões de mérito. Assim, a pauta portuária já não se limita mais a “problemas” (cuidadosamente) pinçados para justificar decisão anterior à contratação dos estudos do BNDES. O objetivo deles, constata-se, não era analisar caminhos alternativos de solução, ou encetar um novo ciclo de reformas, e sim apenas modelar o “como” implementar a decisão, com base no benchmarking previamente escolhido - e controverso desde o início.

Um exemplo dessa pauta emergente é a análise concorrencial, que foi tema central da recente audiência pública do terminal STS10. Uma questão complexa, polêmica e medular, que também marcou presença nas audiências públicas da Santos Port Authority (SPA). A Prefeitura de Santos falou de suas preocupações (ou seriam críticas?) em relação a tal processo, como revelado semana passada em A Tribuna, citando a inexistência de consultas prévias por parte do Governo Federal; dúvidas sobre investimentos, túnel, berço público e modelo jurídico-institucional; preocupações com perfil de cargas e valor/pagamento da outorga; pleitos em relação a parâmetros ambientais; explicitação de regras municipais aplicáveis; e dinâmica da interação com a comunidade.

Em artigos recentemente publicados também em A Tribuna e assinados por seus principais dirigentes, as entidades do setor se expressaram. A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) arguiu aspectos de modelagem da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e SPA que confrontariam antigas bandeiras da entidade. Por exemplo: ampla liberdade econômica para estabelecer modelo de negócio, garantia do direito à prorrogação e direito de preferência em novas licitações e de substituição de área. Reivindica “vacinas” contra brechas para abusos da futura “monopolista” (a concessionária)! E a novidade: pleiteia que ela consulte as empresas, que já exploram instalações, sobre projetos em novas áreas. Será que é compatibilizável?

Já a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) discute governança portuária. Aguça o tom crítico que vinha adotando sobre a centralização do processo decisório em Brasília e volta a bater na tecla da necessidade de um Conselho de Autoridade Portuária (CAP) protagonista. E os mais arrojados deles são textos da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra) em que ela arguiu tanto a urgência do processo do STS10 (em paralelo ao da SPA) quanto, principalmente, as fragilidades editalícias (e da modelagem) em relação à potencial cartelização/verticalização resultante. Nos subseqüentes, volta a arguir a pressa do leilão e os fundamentos conceituais de concorrência e protecionismo. Interfaces também.

Interessante é que esse rol de questões, em aberto, não afeta nem o cronograma do leilão da SPA (4º trimestre de 2022) nem os roadshows internacionais, ainda que a pauta seja ampla, plural e cresça; com exemplos dos quatro processos, embricados, em curso nos portos brasileiros: desestatização/privatização, centralização, verticalização e integração. Fica também cada vez mais nítido que a desestatização está mais para a empresa (autoridades-administradoras) e que esta é, só, um dos players do planejamento, gestão e governança portuária. Não seria por isso que, internacionalmente, tais discussões/processos são tratados como reformas portuárias? Aliás, o Banco Mundial tem até manual a respeito!

Uma análise dos ingredientes dessa pauta emergente, bem como seus conflitos, caminhos alternativos e outros aspectos, deverá ser objeto de próximos artigos desta série que se inicia.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 18/05/2022



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ AUTORIZA EMPRESAS A OPERAREM NAS NAVEGAÇÕES INTERIOR E DE APOIO PORTUÁRIO

Autorizações foram para empresas em Manaus (AM), Fortaleza (CE) e Aracruz (ES)



A embarcação Manuel Alves será usada para o apoio portuário no Porto de Vitória (ES)

A ANTAQ publicou, na terça-feira (17), três autorizações para empresas brasileiras de navegação (EBNs). As deliberações estão no Diário Oficial da União (DOU). Veja aqui.

Uma das autorizações foi para a empresa F. S. Carneiro Eireli, de Manaus (AM), para operar na prestação de serviços de transporte de biocombustíveis, petróleo e seus derivados, na navegação interior de percurso longitudinal, na Região Hidrográfica Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União.

A empresa utilizará a embarcação 26 de Novembro VIII, que é de tipo Tanker (tipo de navio-tanque projetado, construído ou adaptado para transportar a granel qualquer produto líquido), com potência total de 180 HP, tonelage de porte bruto (TPB) de 18,83 toneladas, 15,50 metros de comprimento total e calado carregado de 1,16 metros.

Apoio Portuário

A ANTAQ autorizou também as empresas WL Marine Services LTDA, de Fortaleza (CE), e Eagle Dragagem e Serviços Marítimos LTDA, de Aracruz (ES), a operarem na navegação de apoio portuário, que é a realizada exclusivamente nos portos e terminais aquaviários, para atendimento a embarcações e instalações portuárias.

A WL Marine utilizará a embarcação afretada Mila II. A embarcação é um pesqueiro, com TPB de 11,41 toneladas, potência total de 102 HP e a seguinte capacidade de transporte: sete passageiros e três tripulantes.



A Eagle Dragagem atuará dentro da área do Porto de Vitória e irá executar as seguintes atividades: reboque portuário; atracação e desatracação; assistência; mudança de atracação e transporte de passageiros e carga.

Para a prestação dos serviços, a empresa utilizará a embarcação Manuel Alves, que é um rebocador/empurrador, com 3200 HP. A embarcação tem capacidade para doze tripulantes.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 18/05/2022



Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

VOO SIMPLES: SENADO APROVA PROPOSTAS PARA REDUZIR BUROCRACIA DO SETOR AÉREO

Após aval dos senadores, medida provisória retoma à Câmara dos Deputados para análise final

O Senado Federal aprovou nesta terça-feira (17) a Medida Provisória 1.089/21, que reduz a burocracia e atualiza normativos do setor aéreo. Editada pelo Governo Federal em dezembro de 2021, a MP do Voo Simples possibilita o aumento na eficiência na prestação de serviços e no desenvolvimento da aviação civil no país, o que impulsionará novos investimentos.

O texto regulamenta os vazios regulatórios que emperram investimentos no modal, além de reformular requisitos legais e regulatórios que se tornaram obsoletos ao longo dos anos e necessitavam passar por atualização. Na prática, o programa traz melhorias estruturantes para o setor com foco na simplificação de procedimentos, alinhamento às regras internacionais, aumento da conectividade e fomento de um novo ambiente de negócios, mantendo os altos níveis de segurança exigidos.

Como os senadores aprovaram um texto diferente dos deputados federais, a MP retoma à Câmara dos Deputados para análise final. Na sequência, será enviada para sanção do presidente da República, Jair Bolsonaro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 18/05/2022

GOVERNO FEDERAL AUTORIZA NOVAS OBRAS NO AEROPORTO DE FERNANDO DE NORONHA

Obras de restauração de pavimentos das pistas de pouso e de taxiamento, além do pátio de aeronaves, terão investimento federal de R\$ 55 milhões

O Ministério da Infraestrutura, por meio da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC/MInfra), autorizou o governo de Pernambuco a licitar novas obras para o Aeroporto de Fernando de Noronha. Com o certame, as pistas de pouso e de taxiamento, bem como o pátio de aeronaves, terão os pavimentos completamente restaurados. A licitação tem valor estimado em R\$ 66.632.730,14, dos quais R\$ 55 milhões serão custeados pelo Governo Federal – os recursos são do Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC).

Conforme a autorização, o processo licitatório será conduzido pela Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (SEINFRA) de Pernambuco, e as obras devem ser executadas em até 11

meses após a contratação da empresa vencedora e da emissão da ordem de serviço. O edital será publicado nas próximas semanas.

Modernização

As intervenções fazem parte de série de melhorias voltadas à modernização do aeródromo, com elevação do nível de serviço prestado e da segurança operacional. Para o Governo Federal, trata-se de investimento estratégico. O terminal aéreo é de extrema importância para o turismo da região, pois Noronha é um dos destinos mais visitados do Brasil e atende viajantes de todo o mundo. Recentemente, a conclusão da sinalização luminosa dos morros do arquipélago possibilitou pousos e decolagens no período noturno. → <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/noticias/2022/04/minfra-investe-em-sistema-de-iluminacao-no-aeroporto-de-fernando-de-noronha>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 18/05/2022

DUPLICAÇÃO DA BR-101/SE VAI DESENVOLVER TURISMO NA DIVISA DO SERGIPE COM ALAGOAS

Com investimento de R\$ 203,8 milhões, Governo Federal concluiu 40 quilômetros duplicados da rodovia, que corta seis capitais do litoral da região Nordeste do país



A BR-101 é fundamental para a conexão do país e do Nordeste: R\$ 203,8 milhões investidos na duplicação da rodovia - Foto: Ricardo Botelho/Minfra

Usuários da BR-101/SE terão mais conforto e segurança a partir desta terça-feira (17) com a conclusão de 40 quilômetros de rodovia duplicada entre as cidades sergipanas de Propriá e Capela, localizadas próximas à divisa com o Alagoas. Com um investimento de R\$ 203,8 milhões, a ampliação de capacidade vai também reduzir

número de acidentes e favorecer a ligação para as principais cidades turísticas de todo o Nordeste brasileiro.

Dividido em cinco lotes, o empreendimento vai beneficiar diretamente cerca de 120 mil pessoas que moram nos municípios localizados no norte sergipano. O trecho liberado nesta terça-feira pelo ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, faz parte do lote 1.

“A BR-101 é um dos principais eixos de conexão do nosso país e do Nordeste. Essa obra foi priorizada pelo Governo Federal depois de sucessivas paralisações. Vamos trazer mais mobilidade e um trânsito mais fluido para Sergipe e ainda vamos fazer muito mais”, disse o ministro da Infraestrutura. Segundo Sampaio, devem ser entregues nas próximas semanas novos trechos duplicados da rodovia em Aracaju e Alagoas. “Isso dará mais segurança para os caminhoneiros transportarem cargas; traz atratividade para o turismo e competitividade para o Nordeste”, destacou.

A liberação do trecho contou com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro.

Mais mobilidade

O conjunto de melhorias na BR-101/SE foi executado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e também contempla a conclusão dos acessos à ponte sobre o Rio São Francisco, na divisa de Sergipe e Alagoas. A ponte foi inaugurada em 2021 pelo Governo Federal e é o único meio de transposição rodoviário pelo rio.

Na época, foi entregue uma estrutura 860 metros de extensão e 24 metros de largura, trechos duplicados, pavimentação em concreto rígido e o encabeçamento da ponte nos dois lados da rodovia, uma espécie de aterro que nivela a altura da estrada com a da estrutura. O avanço das obras, com a conclusão dos acessos, vai reduzir o tempo de viagem, evitar acidentes e trazer mais mobilidade aos motoristas.

A BR-101 desempenha papel fundamental na logística e economia da região Nordeste. Com a interligação das capitais litorâneas, estima-se que as obras beneficiem 15 milhões de pessoas. Só a duplicação do lote 1, gerou 950 empregos diretos e indiretos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 18/05/2022

DUPLICAÇÃO DE RODOVIA VAI FACILITAR ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BOA VISTA (RR)

Liberação de trecho da BR-401/RR ocorreu nesta segunda-feira (16) com presença do ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, e do diretor-geral do DNIT, general Santos Filho



Obras incluem restauração do trecho, implantação de acostamentos e serviços de terraplanagem - Foto: Vinícius Rosa/MInfra

O acesso à região metropolitana de Boa Vista (RR) e o escoamento da produção de grãos em Roraima ganhou mais segurança com a duplicação e a ampliação de capacidade da BR-401/RR, no trecho entre a capital e a cidade de Cantá (RR). Nesta segunda-feira (16), o ministro da Infraestrutura,

Marcelo Sampaio, e o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, general Santos Filho, vistoriaram o empreendimento do Governo Federal.

As equipes do DNIT realizaram, além dos serviços de duplicação, restauração do trecho, implantação de acostamentos, serviços de terraplanagem, drenagem de obras de arte correntes, obras complementares, pavimentação e instalação de dispositivos de segurança. “Com essa obra do Governo Federal, toda a região metropolitana de Boa Vista terá um trânsito mais conectado, com fluidez e segurança. Isso significa que o trabalhador chegará mais cedo em casa, que a carga será entregue sem problemas”, afirmou o ministro.

Mais obras

Na BR-174/RR, o Governo Federal entregou mais de 80% das obras de contenções, mais de 10 quilômetros de pavimento restaurado, como também a execução de serviços de estabilização de encostas desde o km 699 até o km 715. “Assim que a chuva der uma trégua, nós retomaremos as obras de pavimentação da rodovia”, adiantou o ministro.

Ao mesmo tempo, já foram concluídos 18 quilômetros de pavimentação de um total de 36 quilômetros, que vai do km 0,20 ao km 36,93, no lote 1 da BR-432/RR, que também foram vistoriados pelo ministro e pelo diretor-geral do DNIT. No ano passado, a obra contou com a colaboração do Exército Brasileiro, que entregou a sinalização horizontal dos cinco quilômetros iniciais, além do início da construção dos 7,7 quilômetros finais da implantação desse segmento rodoviário (km 167,6 ao km 180,3).

Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação Social do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 18/05/2022



Governo Federal

Ministério da Economia

GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

SUPERÁVIT DA BALANÇA COMERCIAL CHEGA A US\$ 22,89 BILHÕES EM 2022, ATÉ A SEGUNDA SEMANA DE MAIO

Corrente de comércio atinge US\$ 208,14 bilhões, com US\$ 115,52 bilhões de exportações e US\$ 92,62 bilhões em importações; no mês, saldo positivo é de US\$ 2,71 bilhões

Abalança comercial brasileira fechou a segunda semana de maio com superávit de US\$ 22,89 bilhões no acumulado do ano, com recuo de 3,5% sobre o período de janeiro a maio de 2021, pela média diária. A corrente de comércio registrou aumento: subiu 23,3% no mesmo período, atingindo US\$ 208,14 bilhões. Isso foi reflexo do crescimento de 20% das exportações, que somaram US\$ 115,52 bilhões, e do aumento de 27,6% das importações, que totalizaram US\$ 92,62 bilhões. Os dados foram divulgados na segunda-feira (16/5) pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

A divulgação dos dados da balança comercial da terceira semana de maio está prevista para a próxima segunda-feira (23/5), após as 18 horas.

No mês de maio, até a segunda semana, as exportações cresceram 12,8% em relação à média diária de maio de 2021, somando US\$ 14,08 bilhões. As importações cresceram 35,2% e totalizaram US\$ 11,37 bilhões. Assim, o saldo positivo da balança comercial foi de US\$ 2,71 bilhões, com redução de 33,3%, e a corrente de comércio aumentou 21,8%, alcançando US\$ 25,45 bilhões.

Somente na segunda semana do mês, o superávit foi de US\$ 496 milhões e a corrente de comércio atingiu US\$ 12,431 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 6,463 bilhões e importações de US\$ 5,968 bilhões.

Veja os principais resultados da balança comercial →
https://balanca.economia.gov.br/balanca/pq_principal_bc/principais_resultados.html

Exportações mensais

O desempenho das exportações no mês, até a segunda semana, mostrou crescimentos de 2,8% na Agropecuária, que somou US\$ 3,71 bilhões; de 5,6% na Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 3,07 bilhões; e de 22,7% na Indústria de Transformação, com US\$ 7,22 bilhões.

Na Agropecuária, os destaques foram as vendas de trigo e centeio, não moídos (+837.347,1%), milho não moído, exceto milho doce (+10.996,3%) e café não torrado (+37,8%). A Indústria Extrativa vendeu mais produtos como outros minerais em bruto (+118,6%), minérios de níquel e seus concentrados (+215,1%) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+50,1%).

As exportações da Indústria de Transformação foram impulsionadas pelos embarques de carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+57,3%), carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (+39,6%) e farelos de soja e outros alimentos para animais – excluídos cereais não moídos –, farinhas de carnes e outros animais (+54,7%).

Importações no mês



Do lado das importações, no mês, a Secex constatou aumentos de 10,3% em Agropecuária, que somou US\$ 228 milhões; de 72,3% na Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 831,42 milhões; e de 34,1% na Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 10,24 bilhões.

Os destaques foram a ampliação das compras de milho não moído, exceto milho doce (+83%), frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (+43,4%) e cacau em bruto ou torrado (+20.071,7%) na Agropecuária. Na Indústria Extrativa, aumentaram principalmente as entradas de carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (+184,8%), óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+57,7%) e gás natural, liquefeito ou não (+31,6%).

Já a Indústria de Transformação ampliou as compras de óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (+158,3%), compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas (+69,4%), além de adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (+223,4%).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 18/05/2022

MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARTICIPA DE CONGRESSO SOBRE MERCADO GLOBAL DE CARBONO

Evento vai debater fontes de energia renovável e o papel do hidrogênio verde em uma matriz energética limpa no Brasil

O ministro da Economia, Paulo Guedes, e os secretários de Desburocratização e Governo Digital, Caio Mario Paes de Andrade, e de Produtividade e Competitividade, Daniella Marques, participam nesta semana do Congresso Mercado Global de Carbono – Descarbonização & Investimentos Verdes. O evento conjunto do Banco do Brasil e da Petrobras, com o apoio institucional do Ministério do Meio Ambiente e do Banco Central do Brasil, será realizado de quarta a sexta-feira próximas (18 a 20/5), no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, reunindo empreendedores e corporações para debater soluções para o crescimento verde no Brasil.

A participação do ministro Paulo Guedes será no dia da abertura, quarta-feira (18/5), em Plenária às 10 horas. Na mesma data, às 14 horas, a secretária Daniella Marques falará na Sala 1 sobre o tema Perspectivas e Tendências do Mercado de Carbono. Já o secretário Caio Andrade estará presente na sexta-feira (20/5), às 16 horas, na Sala 4, e falará sobre o tema Startups, Tecnologia e Inovação Impulsionando o Futuro Verde.

Confira a programação completa no site do Congresso **Mercado Global de Carbono** → <https://mercadoglobaldecarbono.com.br/>

Energia renovável e hidrogênio verde

O Congresso vai discutir fontes de energia renovável e o papel do hidrogênio verde em uma matriz energética limpa para o Brasil, abordando questões como as condições do país para atender a demanda global e como aproveitar as possibilidades de geração de energia eólica offshore, entre outros assuntos. Segundo os organizadores, o objetivo do evento é conectar estratégias corporativas, projetos e cases, além de orientar políticas públicas capazes de impulsionar a economia verde no Brasil.

No total, serão 24 painéis em quatro salas temáticas, além de sessões plenárias no início de cada dia. Também serão apresentados 120 cases de sucesso de empreendedores verdes em quatro miniauditórios. São esperados mais de 100 palestrantes, entre empreendedores e líderes de grandes corporações nacionais e internacionais. Eles vão debater e propor soluções inovadoras e de tecnologia a fim de que o país se torne um exportador de energia verde para o mundo e avance na direção da neutralidade em emissões de gases de efeito estufa.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 18/05/2022

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL - PLEITO FERROVIÁRIO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Um dos grandes desafios do setor de transportes, especialmente do segmento portuário, é a integração entre os vários modais. O mercado depende, em grande parte, do rodoviário e mesmo quando busca explorar outras opções, se depara com obstáculos estruturais, como a ausência de acessos ferroviários a zonas de produção e aos portos e as limitações da rede hidroviária.

Infelizmente, essa é uma realidade que não se limita a uma região. Pelo contrário, é um mal enfrentado nas mais variadas regiões, do Nordeste ao Sul. Não é surpresa, portanto, que algumas das propostas que surgiram dos debates do Sul Export, evento regional do Brasil Export - Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária encerrado ontem, em Florianópolis, também sejam demandas no Nordeste Export, realizado no último mês.

Entre esses obstáculos está a falta de acessos ferroviários aos portos. A eliminação desse problema, com a expansão da malha, especialmente nas zonas produtoras do interior e em direção aos complexos marítimos da costa, se mostra estratégica tanto para os donos das cargas como para as empresas que buscam expandir suas atividades nos segmentos de transporte e portuário.

A ferrovia se mostra um modal pleno de possibilidades. Além de apresentar um custo reduzido para grandes distâncias, deixa evidente sua eficiência energética e seu menor impacto ambiental - na comparação com o rodoviário.

E atualmente, conta com uma política pública a seu favor. Trata-se do Novo Marco Legal das Ferrovias, que simplificou os processos de implantação de uma linha férrea, que passam a depender de uma autorização federal, e não mais de uma concessão, demandando um processo licitatório.

Nesse cenário, uma das propostas do Sul Export é exatamente “regulamentar, com urgência, o Marco das Ferrovias e viabilizar a implantação de novos trechos ferroviários na Região Sul, com especial atenção ao Porto de Imbituba (SC), onde o modal rodoviário concentra 80% das cargas”. Esse pedido será apresentado aos candidatos aos governos estaduais da região.

É mister que as autoridades viabilizem o investimento ferroviário, especialmente pelo impacto que essa medida pode trazer para toda a sociedade - fortalece a indústria, gera empregos, reduz custos logísticos, fortalece os portos, aumenta a competitividade da produção nacional, fortalece a economia, desenvolve a sociedade. O pedido está feito. O setor privado já manifestou o interesse em seguir em frente. Resta ao setor público fazer sua parte.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 18/05/2022

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

DRAWBACK 1

Os senadores aprovaram a Medida Provisória (MP) 1.079/2021, que prorroga por mais um ano o regime aduaneiro especial de Drawback. A votação ocorreu na semana passada. O texto, agora, segue para a sanção presidencial. Para conseguir manter o benefício por mais 12 meses, o Governo argumentou que os impactos da pandemia de covid-19 sobre a cadeia produtiva ainda

persistem e, sem esse regime, as empresas exportadoras teriam dificuldades de vender seus produtos.

DRAWBACK 2

Com o drawback, uma exportadora consegue isenção, suspensão ou redução a zero de alíquotas de tributos incidentes sobre mercadorias, insumos e produtos utilizados na fabricação de um argo que será exportado. Mas a venda externa deve ser realizada em um prazo específico, ou os tributos devidos devem ser pagos.

DRAWBACK 3

A MP 1.079/2021 também prevê que, a partir de 1º de janeiro de 2023, as cargas importadas sob o regime de drawback vão estar isentas do recolhimento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

IMPACTO

O protesto dos auditores fiscais da Receita Federal, diminuindo a velocidade no desembarço de mercadorias de importação ou exportação, tem prejudicado a produção, segundo 72% das empresas que responderam a pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

BRADO

A operadora logística Brado ingressou na Rede Brasil do Pacto Global, iniciava da Organização das Nações Unidas que busca envolver as empresas na adoção de seus princípios em direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. A partir deste mês, a companhia passa a participar em questões de sustentabilidade globais.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 18/05/2022

NACIONAL - MINISTÉRIO ENCAMINHA MP PARA AUMENTAR QUADRO DE DIRETORES NA ANTAQ

Minfra confirmou que medida provisória já está na Casa Civil

Por **TALES SILVEIRA - tales@portalbenews.com.br**

Cristiano Fao



ATUALMENTE, DAS 485 VAGAS DISPONÍVEIS PARA A ANTAQ, SOMENTE 370 ESTÃO OCUPADAS

Ao BE News, o diretor geral da Antaq afirmou que aumento de quadro de servidores e a MP que busca para aumento do quadro de diretores são tratativas dissociadas

Desde a semana passada tramita na Casa Civil uma proposta de Medida Provisória (MP) e n c a m i n h a d a p e l o Ministério da Infraestrutura (Minfra) para aumentar o quadro de diretores na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A

informação foi apurada pelo BE News junto a servidores da Antaq e confirmada pelo Minfra no fim da tarde de ontem (17). Por nota, o órgão informou que a minuta da medida provisória "está no Palácio do Planalto para avaliação final".

A nota segue afirmando que a recomposição e aumento de diretoria se dá devido a um "crescimento substancial do escopo de atuação do órgão regulador", exigindo um reforço no quadro "para que a agência, fortalecida, continue exercendo seu papel de órgão fiscalizador com afinco".

Segundo apuração do BE News, a negociação da publicação da MP que aumentará o número de diretorias é encabeçada pelo diretor geral da Antaq, Eduardo Nery, e conta com o apoio do ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio.

Aumento de servidores x aumento de diretores

Paralelamente, Eduardo Nery vem conversando com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para a recomposição de cargos de servidores da agência. A informação veio do próprio diretor geral durante sua fala no painel "Concessão dos canais de acesso de portos da Região Sul", do Sul Export, nesta terça-feira.

"Temos do tratavas junto ao Ministério da Economia, inclusive em termos de concurso público, mostrando que os novos desafios justificam que a agência precise dessa renovação. Estamos com 25% a menos de servidores. Precisamos desse apoio do Executivo", disse.

O BE News questionou o diretor geral da Antaq se o aumento no quadro de servidores integra a Medida Provisória que aumentará o número de diretores. Segundo ele, as tratavas estão dissociadas. "A questão do aumento de servidores é algo que estamos tratando com o ministro [Guedes]. Já o aumento no quadro de diretores está sendo tocado pelo Ministério da Infraestrutura", afirmou.

Defasagem

Atualmente, das 485 vagas disponíveis no órgão, somente 370 estão ocupadas. Além disso, desde 2013, a agência assumiu novas funções. Dentre elas, está a regulação de novos contratos de Terminais de Uso Privado (TUPs), de terminais de uso temporário, de desestatizações portuárias, e de privatização de canais de acesso, entre outros.

Além disso, desde 2019, foram realizados 36 novos arrendamentos, dentre eles a desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), a primeira da história do setor. Ainda para 2022, estão previstos os leilões de três portos, um canal e 19 terminais portuários.

Ao todo, o órgão fiscaliza mais de sete mil quilômetros de faixa costeira, dezenas de milhares de quilômetros de vias navegáveis, duzentos terminais de uso privado e 36 portos organizados. Também gere doze postos avançados e doze regionais, mais a sede, localizada em Brasília.

Ideia antiga

Desde que assumiu o cargo, o diretor geral vem tentando aumentar o número de diretores na agência. Contudo, a falta de verba pública para estrutura dos novos cargos que compõem as diretorias sempre foi um empecilho.

Durante a tramitação do Projeto de Lei que trata do BR do Mar, programa de estímulo à Cabotagem, houve uma tentativa, por meio de emenda constitucional, de aumentar o quadro de diretores da agência. Na ocasião, a proposta foi derrubada. O movimento foi o entendimento de que a proposta que aumentava o número de diretorias sem colocar estafes de apoio e ainda cortava superintendências, não seria vantajosa para o órgão.

Cristiano Fão



NOVO FÓRUM ABRIRÁ AGENDA DE 2023

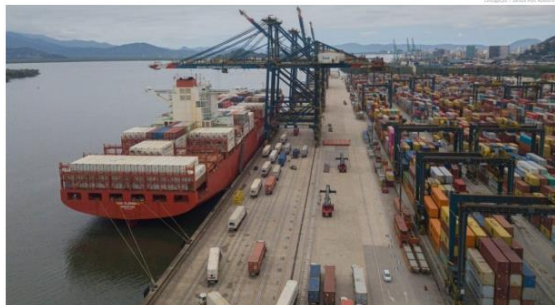
O Mercosul Export, que foi anunciado na última segunda-feira, terá sua primeira edição em março do próximo ano, abrindo a agenda de fóruns de 2023 do Brasil Export. Essa programação foi anunciada ontem, no encerramento do Sul Export, pelo CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, em Florianópolis.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/05/2022

REGIÃO SUDESTE - ABTRA APRESENTA A 2ª EDIÇÃO DO PORTO HACK SANTOS

Objetivo é estimular jovens a criarem soluções tecnológicas para o setor portuário

Por VANESSA PIMENTEL - vanessa@portalbenews.com.br



Complexo portuário santista e demais instalações do País se beneficiam com a iniciativa.

A Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (ABTRA) realizou um evento, na tarde de ontem (17), para apresentar a 2ª edição do Porto Hack Santos a empresas e possíveis apoiadores da maratona tecnológica. O encontro foi no auditório da Santos Port Authority (SPA), estatal que administra o Porto de Santos, e contou com a presença do diretor-presidente da empresa, Fernando Biral, e de Angelino Caputo, diretor da ABTRA.

O hackathon promovido pela Abtra está sendo organizado pelo Instituto AmiGU e vai acontecer nos dias 30 e 31 de julho, no Terminal Marítimo de Passageiros de Santos (Concais). A intenção é reunir programadores, designers e outros profissionais ligados ao desenvolvimento de softwares, com o objetivo de criar soluções tecnológicas que atendam ao setor portuário.

Neste ano serão propostos dois desafios aos participantes. No primeiro os maratonistas deverão, com base no projeto PCS (Port Community System), desenvolver soluções de integração entre terminais, recintos alfandegados e outros atores envolvidos na logística portuária para otimizar a performance de suas ofertas de serviços.

No segundo, exclusivo para mulheres, a proposta será desenvolver novos modelos de negócio com base tecnológica que visem aumentar a oferta de serviços dos terminais e recintos alfandegados aos clientes que operam pelo Porto de Santos, melhorando assim o grau de satisfação destes usuários.

O HACKATHON PROMOVIDO PELA ABTRA ESTÁ SENDO ORGANIZADO PELO INSTITUTO AMIGU, E VAI ACONTECER NOS DIAS 30 E 31 DE JULHO, NO CONCAIS, TERMINAL DE PASSAGEIROS DE SANTOS. A INTENÇÃO É REUNIR PROGRAMADORES, DESIGNERS E OUTROS PROFISSIONAIS LIGADOS AO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES, COM OBJETIVO DE CRIAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS QUE ATENDAM AO SETOR PORTUÁRIO. ASPAS: ESTÃO OCUPADAS.

Serão 50 competidores previamente selecionados e divididos em 10 times multidisciplinares, que aproveitarão tecnologias como 5G, Open APIs, Blockchain, Big Data e Inteligência Artificial para encarar os dois desafios, em 35 horas de maratona. Os critérios avaliados serão a Adequação ao Tema; Criatividade; Qualidade de Desenvolvimento; Aplicabilidade e Viabilidade de Execução. O projeto vencedor ganhará R\$ 25 mil e os participantes vão poder expor a solução encontrada dentro do Fórum Santos Export, nos dias 3 e 4 de agosto.

“ENVOLVER OS JOVENS NAS DISCUSSÕES DA COMUNIDADE PORTUÁRIA É MUITO IMPORTANTE PARA QUE A GENTE DESENVOLVA NOVOS TALENTOS E ATRAIA ESSES PROFISSIONAIS PARA TRABALHAREM FUTURAMENTE NAS NOSSAS ORGANIZAÇÕES”

FERNANDO BIRAL
presidente da SPA

As inscrições começam no dia 20 de maio, no site <https://www.portohacksantos.com.br/>, e seguem até o dia 10 de julho. Em seguida, no dia 15 de julho, serão divulgados os classificados.

Apoiadores

Nesta segunda edição, o evento tem o apoio institucional do Ministério da Infraestrutura (Minfra), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), da Autoridade Portuária de Santos (SPA), do Fórum Brasil Export e da Associação “Mulheres no Comex”.

Durante o encontro, Fernando Biral ressaltou a importância da iniciativa da Abtra. “Envolver os jovens nas discussões da comunidade portuária é muito importante para que a gente desenvolva novos talentos e atraia esses profissionais para trabalharem futuramente nas nossas organizações”, disse o presidente da SPA. Participaram ainda, de forma online, Bruno Eustáquio, Secretário executivo do Minfra; Otto Luiz Burlier, Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da SNPTA/MINFRA; e Eduardo Nery, Diretor Geral da Antaq.

Os detalhes da 2ª edição do Porto Hack Santos foram repassados aos presentes por Marco Riveiros, presidente do Instituto AmiGU.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/05/2022

REGIÃO SUL – PARA AGÊNCIA, ACESSO AQUAVIÁRIO PRIVADO NO PARANÁ DEVE REDUZIR TARIFA

Concessão de canal de portos foi um dos temas debatidos no Sul Export, que terminou ontem, em Florianópolis

Por TALES SILVEIRA - tales@portalbenews.com.br



O diretor-geral acredita que o principal desafio para a agência na regulação dos canais de acesso está no acompanhamento dos serviços

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, afirmou, ontem (17), que a privatização do canal de acesso aquaviário do Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina, no Paraná, (APPA) deverá diminuir custos tarifários para acesso aquaviário na região.

A afirmação aconteceu durante o painel "Concessão dos canais de acesso de portos da região Sul" na edição deste ano do Sul Export. O Fórum Regional, iniciativa do Brasil Export, aconteceu nos dias 16 e 17, e foi transmitido em tempo real diretamente de Florianópolis/SC.

De acordo com Nery, o modelo tarifário e as tabelas trazidas na Resolução Normativa 61/2021-Antaq permitem segmentações dos custos operacionais do porto. Portanto, é possível apartar a tabela-1, que trata dos valores de Infraestrutura de Acesso Aquaviário devidos pelos armadores ou requisitantes, das demais tabelas.

"A princípio, até pela forma como é constituída a tabela-1 e pela eficiência administrativa que se espera obter do novo concessionário, a tendência é que tenhamos custos menores e que haja uma tarifa menor do que a atual. A tarifa já existe e vai ser paga diretamente à concessionária, agora com possibilidade de serviços mais adequados, além do ganho de escala. Sua eficiência administrativa permite até que sejam oferecidos descontos, que tragam ainda mais carga para o porto", disse.

Além disso, a proposta de privatização do canal de acesso da APPA trazida pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL) identifica necessidades que devem ser trabalhadas nos planos setoriais de transporte (terrestre, portuário, hidroviário e aeroviário nacional). Também mostra as oportunidades para o desenvolvimento de projetos, ações e iniciativas.



"QUEREMOS UMA CONCESSÃO QUE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, TENHAMOS UMA EFICIÊNCIA ECONÔMICA COM, TALVEZ, UMA DIMINUIÇÃO DOS PREÇOS, POR CAUSA DO GANHO DE ESCALA"

LUIZ FERNANDO GARCIA
presidente da
Portos do Paraná

"A EPL trouxe um modelo que agrada. Evitar as ciladas e armadilhas. Considero que o modelo de concessão de portos públicos e acessos portuários está elevando o patamar de qualidade de regulação", falou.

Nery afirmou ainda que o modelo tarifário será mais simples, em comparação a outras privatizações, como as da Docas Espírito Santo (Codesa) e Santos Port Authority (SPA). O principal desafio para a agência na regulação dos canais de acesso está no acompanhamento dos serviços.

Será necessária uma conversa sincronizada do setor com o modelo, uma vez que a gestão do acesso aquaviário vai ter que permitir a demanda de cargas prevista no Plano Mestre, no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e no Plano Nacional de Logística (PNL 2035).

"Do ponto de vista da tarifa regulatória, vejo que esse modelo será mais simples, em comparação a outros modelos, como o da Codesa que traz três tabelas, atuação ex-ante, receita anual teto, etc. O principal desafio será justamente no acompanhamento dos serviços. A ideia é que a concessionária fique responsável pelas manutenções das condições de navegabilidade, sinalização, balizamento, gestão e gerenciamento das embarcações. Também pela gestão ambiental. Tudo isso está sendo discutido e será submetido a consulta pública", disse.

Modelo replicado

O painel contou ainda com a participação da diretora do Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão do Ministério da Infraestrutura, Ana Luiza Salles. Ela afirmou que o modelo de concessão dos canais de acesso da APPA será replicado em outros portos do País.

"Entendo que seja um projeto pioneiro. Apesar de ser uma modalidade de concessão, o modelo é voltado à prestação de serviço. Não estamos pedagiando canais de acesso, mas é possível compará-lo ao modelo de rodovias. Então, ele pode ser replicado a outros portos, seguindo suas especificidades. Já se pensa em um segundo projeto, salvo engano na Região Sul", comentou.

"CONSIDERO QUE O MODELO DE CONCESSÃO DE PORTOS PÚBLICOS E ACESSOS PÚBLICOS ESTÁ ELEVANDO O PATAMAR DE REGULAÇÃO"

EDUARDO NERY
diretor-geral da Antaq

Também esteve presente o presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia. Ele disse que os modelos técnico, jurídico e econômico-financeiro já foram apresentados pela EPL. O primeiro teve alguns ajustes propostos pela autoridade portuária para que siga para a Antaq.

"O modelo técnico apresentado precisa de algumas alterações para podermos enviar à agência reguladora. Estamos fazendo um ajuste fino para que a audiência seja realizada em breve. A perspectiva é criar um cenário seguro para o investidor. Um bilhão de reais não é fácil", explicou.

Além da presença dos representantes da Antaq, Ministério da Infraestrutura e Portos do Paraná, o painel contou com a moderação do conselheiro do Sul Export e presidente do Conselho do Sudeste Export, Mario Povia. A apresentação ficou a cargo de João Bosco, conselheiro do Sul Export.

NOVOS CONSELHEIROS



Vice-governadora assume Conselho

A edição deste ano do Sul Export marcou a entrada de novos membros nos conselhos dos fóruns. O executivo Henry Robinson ingressou no conselho do Brasil Export. Já o diretor presidente do Porto de Imbituba (SC), Fábio Riera, o embaixador do Uruguai no Brasil, Guillermo Valles, e a vice-governadora de Santa Catarina, Daniela Reinehr, se tornaram conselheiros do próprio Sul Export.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/05/2022

REGIÃO SUL - GOVERNO ESPERA LEILÃO DO PORTO DE ITAJAÍ EM 2022

Segundo a chefe de gabinete da SNTPA, foram mais de 300 subsídios e sugestões enviados ao longo do período da audiência pública

Por TALES SILVEIRA - tales@portalbenews.com.br



RITA MUNCK AFIRMOU AINDA QUE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DO PORTO DE IMBITUBA (SC) PARA REALIZAÇÃO DO ARRENDAMENTO DE ÁREAS PORTUÁRIAS SEGUE EM ANÁLISE

A representante do Minfra trouxe ainda levantamento dos encaminhamentos enviados até o momento de solicitações de licitações nas áreas portuárias. Todas seguem as determinações trazidas pela portaria 574/2018

A chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNTPA), Rita Munck, afirmou, ontem (17), que o Governo prevê o leilão de concessão do Porto de Itajaí (SC) ainda para este ano. A afirmação aconteceu durante o painel "Modelo de gestão de portos delegados em Santa Catarina e o futuro dessas administrações" na edição deste ano do Sul Export.

Segundo a chefe de Gabinete, o edital de concessão do porto será enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) nas próximas semanas. Ao todo, foram mais de 300 contribuições enviadas ao longo do período da audiência pública 05/2022, que tratou do aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos para a licitação e concessão do porto.

"Itajaí está em curso. Já foram feitas audiências públicas e o modelo foi bastante discutido. Neste momento está em processo a análise das mais de 300 sugestões recebidas. A expectativa é que ainda este mês seja enviado o edital para o TCU. Estamos prevendo que o processo seja concluído no fim do ano. O convênio de delegação termina no ano que vem", disse.

Novas licitações



A servidora trouxe ainda um levantamento das solicitações de licitações nas áreas portuárias. Todas seguem as determinações trazidas pela portaria 574/2018. Nela fica estabelecido o Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP), que define patamares e indicadores a serem atingidos pelas autoridades portuárias para que as mesmas possam licitar, contratar e fiscalizar contratos de gestão portuária.

"A autoridade portuária do Porto de Paranaguá e Antonina já tem a três competências, que são de licitar, de elaborar edital e de fazer a gestão dos contratos. São Francisco do Sul também já possui uma delegação para fazer a licitação de contratos. No caso de Imbituba temos o pedido de delegação que ainda está em análise", disse Rita.

O painel contou com a participação do diretor-presidente do Porto de Imbituba (SC), Fabio Riera. Ele afirmou que a autoridade portuária já possui as principais metas do índice estabelecido. Também, que a autoridade vem se qualificando para poder atingir todos os índices do IGAP.

Outro presente no painel foi o diretor administrativo financeiro da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH) e conselheiro da SCPAr, Marcelo Werner Salles. Ele tratou das diferenças de competitividade entre os Portos Organizados (públicos) e os Terminais de Uso Privado (TUPs).

"Como manter a competitividade dos nossos públicos versus a competição que está instalada? Os TUPs conseguiram R\$ 50 bilhões de investimentos da iniciativa privada e mais R\$ 17 bilhões anunciados em novos investimentos. Já nós, cada vez que tentamos agir nas nossas ações de fomentação e melhoria, temos uma burocracia imensa", explicou.

Salles defendeu que é preciso que os entes públicos se tornem cada vez mais restritos a funções de estado, privatizando assim as responsabilidades de autoridade privada. A ideia é atrair mais investimentos para o setor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/05/2022

REGIÃO SUL - GOVERNO VAI ANALISAR CONCESSÃO DA HIDROVIA DA LAGOA MIRIM

Grupo de estudo será constituído por representantes da Antaq, do Ministério da Infraestrutura e do Dnit

Por TALES SILVEIRA - tales@portalbenews.com.br

O diretor geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, anunciou que, na próxima semana, deverá ser criado um grupo de trabalho para analisar os estudos de viabilidade para a concessão da Hidrovia da Lagoa Mirim – Lagoa de Patos, no Rio Grande do Sul. O anúncio foi feito ontem (17) durante o painel "Avanços no transporte hidroportuário: os setores produtivos que podem ser beneficiados com a BR do Mar e dos Rios" na edição deste ano do Sul Export.

Ligação entre Brasil e Uruguai, a hidrovia é constituída por trechos de sete rios e tem extensão total de 1.860 quilômetros. Anavegação pelo canal fluvial permitirá o escoamento de cargas pelo Porto de Pelotas, liberando cargas por rotas no Oceano Atlântico. Em novembro do ano passado, o projeto foi qualificado no âmbito da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia (SEMPI). De acordo com o diretor geral, o grupo de estudos será constituído por representantes da Antaq, do Ministério da Infraestrutura e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Também deverá contar com apoio do Banco Andino de Fomento para análise dos estudos.

**PROJETO PREVÊ APORTES DA UNIÃO E PEDÁGIO.
TAMBÉM DEVERÁ SEGUIR O MODELO DE
CONCESSÃO POR 25 ANOS**



Nery afirmou ainda que o projeto preverá investimentos por parte da União e o estabelecimento de pedágio. Também deverá seguir o modelo de concessão por 25 anos. O objetivo é trazer segurança jurídica e previsão de ganhos para a futura concessionária da hidrovía.

Projeto simples

Quem também participou do painel foi Guillermo Valles, embaixador do Uruguai no Brasil. Ele afirmou que a construção da hidrovía prevê obras simples de serem realizadas. Além disso, os custos, esmados em até R\$ 80 milhões, são considerados baixos em comparação às obras de infraestrutura.

"É um projeto simples do ponto de vista do que deve ser feito. É preciso realizar dragagem de mantimentos, balizamento e manutenção de uma porção pequena. A dragagem necessária é de Uruguai a São Gonçalo. São pouco mais de 20 km de areia fina. Não há deslocamento e curvas que precisem ser feitas. Portanto, é fácil. Custaria R\$ 80 milhões, o que é barato", ponderou.

Mulmodalidade

Outro debatedor do painel foi o Coordenador do GT de Logística da FIERGS, Sergio Klein. Segundo ele, é preciso que projetos como esse sejam debatidos e cada vez mais incentivados pelo Governo. A ideia é fomentar a integração multimodal de transportes no Brasil. Além dos debatedores, o painel contou com a apresentação de Wilen Manteli, conselheiro do Sul Export, e a moderação de Carlos Eduardo Campos, conselheiro do Sul Export e líder regional de Logística da Braskem.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/05/2022

REGIÃO SUL - SUL EXPORT DESTACA UNIÃO DE AUTORIDADES E DO SETOR PRIVADO

Fórum terminou ontem com destaque para a presença de representantes federais e estaduais da região

Por **BÁRBARA FARIAS** - barbara@portalbenews.com.br

A reunião de entes da cadeia portuária dos três estados da Região Sul, de autoridades do Governo do Estado de Santa Catarina e do Ministério da Infraestrutura, incluindo o secretário Nacional de Portos e Transporte Aquaviários, Diogo Piloni, durante o Sul Export, aponta o sucesso do fórum regional no avanço das discussões do fomento e desenvolvimento de infraestrutura no setor. A avaliação é do CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, que manifestou a sua satisfação pela presença de todos.

"Saio daqui muito feliz porque vejo a união entre os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a união dos operadores portuários, as entidades trabalhando em conjunto. Mais um grande objetivo do Brasil Export e do Sul Export alcançado", destacou.

"Em nome de toda a equipe da SCPAR, o nosso muito obrigado a toda diretoria do Brasil Export", declarou o diretor-presidente do Porto de Imbituba, Fábio Riera, na solenidade.

Pouco antes das palavras de Julião, o presidente do Conselho Sul Export, Jesualdo Silva, fez a leitura da Carta de Compromisso em Ano Eleitoral destacando as reivindicações da Região Sul para a realização dos projetos de infraestrutura e logística e investimentos previstos.

"Separamos aqui muitas questões que foram tratadas com relevância, com destaque aos seguintes tópicos:

Garantir segurança jurídica aos operadores portuários e aos investidores, especialmente nos processos de desestatização, caso de Itajaí, aqui em Santa Catarina.

Regulamentar, com urgência o Marco das Ferrovias, e viabilizar a implantação de novos trechos ferroviários na região Sul. Especial atenção ao Porto de Imbituba, onde o modal rodoviário concentra 80% das cargas;

Investimento maciço nos acessos aos portos, melhor equilibrando a matriz de transportes e proporcionando escolha aos embarcadores;

Colaborar para a construção de um modelo viável para a concessão do canal de navegação aos portos do Paraná, tornando este um instrumento que possa ser adotado por outros portos brasileiros;

Criar condições para a instalação de terminais de graneis líquidos em Santa Catarina;

Modernizar a conexão logística entre Brasil e Uruguai, viabilizando a segunda ponte no Rio Jaguarão e, assim, concretizar um "Mercosul Logístico";

**A CARTA DE COMPROMISSO EM ANO
ELEITORAL FOI LIDA NO ENCERRAMENTO
PELO PRESIDENTE DO CONSELHO SUL
EXPORT, JESUALDO SILVA**

Priorizar a construção de corredores de transporte que exijam poucas intervenções de infraestrutura, proporcionando economia de tempo e de recursos, como é o caso da ligação Lagoa dos Patos-Lagoa Mirim;

Criar um ambiente de negócios mais competitivo e baratear os custos de transporte, de forma a dar aos estados da região poder de concorrência com os principais mercados mundiais, como foi o caso de Santa Catarina ao se tornar o primeiro estado brasileiro a exportar proteína animal para o Canadá;

Incentivar políticas arrojadas de promoção dos portos da região, possibilitando o desenvolvimento de novos negócios e diversificando as cargas operadas;

Incentivar a visão de atuação conjunta entre os agentes de desenvolvimento dos três estados da região, e, também, atrair estados estratégicos como o Mato Grosso do Sul e os países que compõem o Mercosul, de forma a criar corredores logísticos e aumentar a eficiência na movimentação de cargas".

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/05/2022

REGIÃO SUL - APROXIMAÇÃO DE CICLONE LEVA ITAJAÍ E PORTOS DO RS A SUSPENDER OPERAÇÕES

Autoridades de Imbituba (SC) e Paranaguá (PR) monitoram a situação

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** - enviado especial a Florianópolis leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



Apesar da proximidade do ciclone Yakecan da costa de Santa Catarina, o Porto de São Francisco do Sul manteve suas operações normalmente ontem. À tarde, chegou ao complexo marítimo o primeiro dos 20 navios iranianos com fertilizantes programados para vir ao Brasil. O Captain Karam vai descarregar 50 mil toneladas do insumo. No início do mês, o embaixador do Irã, Hossein Gharibi, visitou o porto e anunciou que 20 embarcações de seu país trariam um total de 1 milhão de toneladas de fertilizantes, que serão usados na agricultura do Sul, Sudeste e Centro Oeste brasileiro

O Porto de Itajaí, um dos principais de Santa Catarina, suspendeu o tráfego de navios em seu canal de navegação ontem, às 10 horas. A medida foi necessária, segundo a Superintendência do Porto de Itajaí, devido à piora das condições climáticas devido à aproximação de um ciclone extratropical, o Yakecan, da costa do estado. Também pela manhã, portos do Rio Grande do Sul interromperam suas atividades.

Na tarde de ontem, o site da Praticagem de Itajaí e Navegantes considerava as condições de navegação na barra como "impraticável". Segundo a Defesa Civil de Santa Catarina, havia previsão da formação de ondas com até cinco metros de altura na costa ontem e, entre hoje e amanhã, ressaca.

Itajaí se juntou aos portos do Rio Grande do Sul, que também já haviam suspenso suas operações devido ao mau tempo. A decisão foi comunicada na manhã dessa terça-feira pela Portos RS, autarquia que administra os complexos marítimos do estado. Em nota, o órgão informou que, com base nos avisos meteorológicos e em nota oficial da Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil emitida na segunda-feira, interrompeu as atividades em Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre às 13 horas de ontem. A medida deve perdurar até as 7 horas de hoje.

Ainda em Santa Catarina, o Porto de Imbituba informou que estava monitorando a situação. A Autoridade Portuária - a SCPar Porto de Imbituba - comunicou que, "diante dos recentes avisos meteorológicos e da nota oficial emitida pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil (DHN), em 16 de maio de 2022, que ressaltam a previsão de mau tempo, com possível formação de uma tempestade subtropical ao longo desta semana e efeitos adversos sobre as condições de vento e ondas, podendo ocorrer ressaca no litoral catarinense", ainda mantém as operações, tendo três navios atracados. Mas tanto sua equipe como a praticagem estavam com "monitoramento redobrado e avaliação contínua das condições climáticas, para agir em prol da segurança".

Administradora dos portos de Paranaguá e Antonina, a Portos do Paraná também acompanhava a situação. No início da noite de ontem, ela alertou a comunidade de seus complexos marítimos sobre a chegada do ciclone subtropical Yakecan, previsto para alcançar a costa leste do estado na madrugada desta quarta-feira. A continuidade da operação no cais e da navegação estava sujeita à paralisação, dependendo da intensidade dos ventos.

Ainda de acordo com a autoridade portuária paranaense, os efeitos do Yakecan já eram observados no mar, fechando os canais de acesso aos portos de Rio Grande do Sul.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/05/2022

REGIÃO SUL - PORTO DE IMBITUBA PRECISA SER UM CORREDOR LOGÍSTICO CONSOLIDADO, DIZEM TERMINAIS

Executivos da Fertisanta e da Santos Brasil apontaram a necessidade das obras de infraestrutura na BR-285 e na Serra da Rocinha para atender à demanda de escoamento de cargas

Por **BÁRBARA FARIAS** - barbara@portalbenews.com.br



O painel contou com os debatedores José Roberto Marns (Fertisanta), Roberto Teller (Santos Brasil e Egídio Martorano (FIESC)

Consolidar o Porto de Imbituba (SC) como corredor logístico da Região Sul é o que esperam representantes da Fertisanta e da Santos Brasil. Esta foi a tônica do debate no painel 4 do fórum regional Sul Export, cujo tema foi "O envolvimento

dos embarcadores com os processos portuários e o transporte multimodal na região”. Promovido pelo Brasil Export: Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária, o evento encerrou ontem, em Florianópolis. O painel teve a apresentação de Pedro Neiva, conselheiro do Brasil Export e sócio do Kincaid/Mendes Vianna Advogados, com moderação de Claudia Borges, conselheira do Sul Export e diretora-executiva e de Relações Institucionais da ABTP.

Um dos debatedores do painel, o diretor geral da Fertilizantes Santa Catarina (Fersanta), José Roberto Martins, destacou a relevância de Imbituba como porto de passagem de cargas dos portos de Rio Grande (RS), Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC) e que as obras da rodovia federal BR-285 e da Serra da Rocinha são fundamentais para tornar o porto catarinense um corredor logístico, deixando de ser apenas uma alternativa aos gargalos dos portos da Região Sul. “Nós precisamos consolidar um corredor de exportação e importação para o nosso porto. E nós estamos diante disso com a BR-285. O Porto de Imbituba foi criado para ser uma alternativa ao mercado do Rio Grande do Sul”, comentou. “A BR-285 é um divisor de águas para Imbituba. Esse encurtar caminhos não vai tirar cargas do Porto de Rio Grande”, ressaltou. Martins lembrou o projeto da Serra da Rocinha cujas obras estão paradas. “Ao reativarem e se tudo correr bem, isso deve levar de um a dois anos, será um divisor de águas porque nós vamos ser um corredor de exportação e de importação de forma definitiva e consolidada e não apenas um porto de oportunismo”, afirmou Martins.

**O GERENTE DE LOGÍSTICA E
SUSTENTABILIDADE DA FIESC,
EGÍDIO MARTORANO, FALOU SOBRE
A NECESSIDADE DAS INDÚSTRIAS
DO SUL DE UM PLANEJAMENTO
LOGÍSTICO EFICIENTE PARA O
ESCOAMENTO DOS PRODUTOS DE
VALOR AGREGADO**

“A gente quer transformar o Porto de Imbituba num porto pujante e que não seja o oportunista dos gargalos, que seja um porto de passagem e de necessidade, a gente precisa ajustar isso. O Riera (Fábio Riera, diretor-presidente do porto) comentou duas grandes possibilidades, ontem (16), na nossa visita técnica. Uma delas seria reformar o berço 3 que, segundo ele, já está em andamento”, afirmou o diretor de Operações da Santos Brasil, Roberto Teller, um dos debatedores.

Teller disse também que a reforma já foi aprovada pelo Conselho de Autoridade Portuária (CAP) e que, agora, está sendo analisado como custear as obras. “É imprescindível que nós criemos condições favoráveis para essa competitividade. Porque, se não, afastamos as cargas em vez de atraí-las e conseguirmos ter o crescimento sustentável que o porto tanto necessita”, enfatizou. Participando também do painel, o gerente de Logística e Sustentabilidade da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Egídio Martorano, chamou a atenção para a necessidade de um planejamento integrado para o escoamento das cargas de valor agregado.

“Essa logística é muito mais complexa e a única solução é a intermodalidade. Não tenho nada contra o Brasil ser o celeiro do mundo. Mas, o Brasil tem uma participação pífia de 1,4% das exportações mundiais. Desses 1,4%, 50% são produtos primários e o restante são produtos da indústria extrativa. O Brasil precisa começar a pensar na logística industrial, na produção de produtos de valor agregado”, pontuou Martorano.

Martorano lembrou que, no ano passado, a FIESC apresentou ao então ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, um trabalho visando a inserção de Santa Catarina no contexto logístico nacional. “Porque Santa Catarina é diferente. Precisamos ter um planejamento que considera a carga de valor agregado”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/05/2022



REGIÃO SUL - S. CATARINA INVESTE R\$ 160 MILHÕES PARA AGILIZAR OBRAS EM RODOVIAS FEDERAIS

Os investimentos públicos em rodovias e a segurança jurídica para os investimentos privados foram debatidos no painel sobre corredores logísticos

Por **BÁRBARA FARIAS** - barbara@portalbenews.com.br

O Governo do Estado de Santa Catarina duplicará acessos da BR-101 aos portos de Imbituba e São Francisco do Sul, e está investindo R\$ 160 milhões para agilizar obras de melhorias de três rodovias federais que cortam a região. As ações foram comentadas, na tarde ontem, durante o quinto e último painel do Sul Export cujo tema foi “Formação de corredores logísticos e o desenvolvimento do acesso aos portos da região Sul”

O painel teve a apresentação da conselheira do Sul Export e diretora-executiva do Instituto Praticagem do Brasil, Jacqueline Wendpap, e moderação de Ricardo Molitzas, conselheiro Nacional do Brasil Export e diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp).

O superintendente dos Portos Delegados ao Estado de Santa Catarina, Jamazi Ziegler, falou sobre a duplicação do acesso do Porto de Imbituba à BR-101. “O Governo do Estado vai duplicar esse acesso, inclusive já tem um acesso com espaço adequado feito com piso de concreto, o que vai ser repetido no Porto de São Francisco do Sul. A conexão da BR-101 será duplicada na modelagem de concreto, justamente para dar sustentação aos caminhões”, disse.

O gestor de infraestrutura ferroviária da Secretaria de Infraestrutura do Governo de Santa Catarina, Silvio dos Santos, citou os investimentos do Estado nas rodovias federais. “Com a ajuda do Governo Federal, repassamos cerca de R\$ 160 milhões para acelerar as obras federais, principalmente a BR-470, a BR-280 e a BR 163, que estavam com o cronograma atrasado. Além disso, o Governo está contratando um estudo de uma nova via expressa que seria paralela à BR-101, desde Joinville até Florianópolis, passando mais a oeste”, comentou.

Em relação ao Plano Nacional de Logística (PNL), o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, defendeu a garantia da segurança jurídica. “Por que acontecem mudanças legais da noite para o dia? Porque não há plano de Estado. Temos que ter valorização de plano com a lógica de plano nacional e ação local. Assim a gente vai conseguir formar corredor logístico previsto em Plano Nacional de Logística”, afirmou.

“Com esse marco ferroviário, abre-se uma janela de oportunidades para que essas short lines possam ser feitas com o empresariado. Para o empresário colocar o dinheiro dele, ele precisa ter certeza de que as regras não vão mudar no meio do jogo. E um outro processo, também, é a desburocratização”, complementou o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva.

Participou ainda do debate o diretor técnico da Praticagem de São Francisco do Sul, Marcio Fausto, que ressaltou o papel da atividade na logística hidroviária. “Muitas vezes a praticagem é vista como um gargalo, muito pelo contrário, é parte da solução”, comentou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 18/05/2022



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

CONCESSÃO DOS CANAIS DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ É DESTAQUE DO SUL EXPORT

Informação: Agência de Notícias do Paraná (18 de maio de 2022)



Portos do Paraná debate concessão dos canais de acesso no Sul Export- Foto: Rodrigo Sell/Portos do Paraná

O pioneirismo do Paraná em propor a concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá foi destaque no Sul Export – Fórum Regional de Logística e Infraestrutura Portuária, que acontece nesta terça-feira (17), em Florianópolis. A autoridade portuária paranaense é a primeira a ter um estudo avançado sobre o tema no Brasil.

“É um debate inovador que trará grande legado para o setor, como um todo. O modelo de contratação de longo prazo, com previsão clara de investimento, dá maior previsibilidade e segurança jurídica”, explicou o secretário Nacional de Transportes Aquaviários e Transportes Terrestres, Diogo Piloni.

Segundo o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, o Governo do Estado analisa a viabilidade, as vantagens e cuidados necessários para que a iniciativa privada realize os serviços de dragagem de aprofundamento e de manutenção, sinalização náutica e gestão de tráfego, por exemplo.

“Hoje já é cobrada tarifa pelo uso do canal e com a concessão podemos, eventualmente, ter até uma redução destes valores. Nosso objetivo é ganhar em eficiência econômica e agilidade de contratação e execução de obras”, destacou Garcia. “Para um porto se manter competitivo é fundamental realizar serviços de melhoria contínua no acesso marítimo. São investimentos a longo prazo que a iniciativa privada conseguiria manter com processos mais ágeis”.

Segundo ele, os modelos de concessão e os detalhes do projeto serão debatidos com autoridades e técnicos do setor, antes da abertura de consulta pública.

PAINEL – O painel Concessão dos Canais de Acesso de Portos da Região Sul teve, também, a participação do diretor-presidente da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Eduardo Nery; da diretora do Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão do Ministério da Infraestrutura, Ana Luiza Salles; e moderação de Mario Povia, conselheiro do Sul Export e presidente do Conselho do Sudeste Export.

FÓRUM – O Fórum Regional Sul Export faz parte de uma série de seis eventos regionais realizados em todo o país antes da edição nacional Brasil Export, em Brasília, agendada para outubro de 2022. Os painéis de debates reúnem autoridades e gestores da área de logística e infraestrutura portuária.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/05/2022

DP WORLD INAUGURA NOVO TERMINAL DE CONTÊINERES NA SÉRVIA

Informação: Port Technology (18 de maio de 2022)

O projeto faz parte do investimento de € 30 milhões (US\$ 21 milhões) da DP World no porto e a proporção mais significativa do investimento até o momento.

A cerimônia de inauguração contou com a presença do Ministro da Construção, Transporte e Infraestrutura, Tomislav Momirovi, e do Prefeito de Novi Sad, Miloš Vuevi em 13 de maio.



A DP World iniciou a construção de um novo terminal de contêineres, cais vertical e silo no Porto de Novi Sad para apoiar a indústria agrícola sérvia – Foto: Port Technology

Claudiu Negreanu, gerente geral da DP World Novi Sad, apresentou os planos para o desenvolvimento e uma visão para o porto quando as obras estiverem concluídas.

“O trabalho de desenvolvimento que começou hoje, juntamente com a nossa reforma anterior do terminal de passageiros e os novos guindastes e outros equipamentos em que investimos, criarão um terminal intermodal naquele Danúbio que acreditamos beneficiar não apenas o mercado sérvio, mas também a região e além”, disse Negreanu.



O gerente geral da DP World Novi Sad, Claudiu Negreanu, juntamente com o ministro Momirovi? e o prefeito de Novi Sad, colocaram uma cápsula do tempo nas fundações do porto – Foto: DP World

O Ministro da Construção, Transporte e Infraestrutura Momirovi comentou: “Em dois anos, o primeiro terminal de contêineres será construído nesta parte do Danúbio, que será fundamental para o desenvolvimento da logística e da economia na Sérvia”, elogiando o Porto de Novi Triste como um dos portos mais importantes do Danúbio na Europa e na Sérvia.

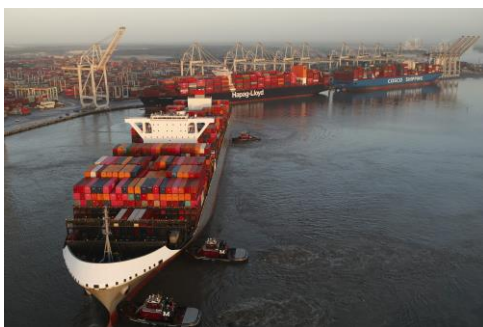
“Além disso, os nove silos planejados oferecerão ao Porto de Novi Sad, pela primeira vez na história, um serviço de armazenamento de grande importância para o desenvolvimento da indústria agrícola.”

No início deste mês, a DP World anunciou a construção de um novo terminal multimodal conectando o centro industrial da Romênia aos centros comerciais europeus e asiáticos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 18/05/2022

PORTO DE SAVANNAH REGISTRA QUASE MEIO MILHÃO DE TEU EM ABRIL

Informação: Port Technology (18 de maio de 2022)



O Porto de Savannah movimentou um recorde de 495.782 TEU em abril, enquanto a Georgia Ports Authority (GPA) está procurando expandir a capacidade de cais e pátio de contêineres – Foto: Port Technology

O comércio de contêineres do GPA aumentou 6,2% em abril em relação ao mesmo mês do ano passado, marcando o terceiro mês mais movimentado de todos os tempos no porto.

No acumulado do ano fiscal, o GPA movimentou 4,75 milhões de TEU, uma melhora de 8% em relação ao ano anterior que a Autoridade Portuária atribuiu aos varejistas que reabastecem os estoques esgotados e fazem pedidos antecipados para garantir a disponibilidade do produto.

Os resultados expressivos e o sucesso contínuo do porto também foram atribuídos à ampla gama de projetos de expansão realizados pelo GPA – em especial no Terminal Cidade-Jardim.

No início de fevereiro, o Diretor Executivo do GPA anunciou planos para expandir a capacidade do Porto de Savannah em 60%, com o projeto Garden City Terminal West previsto para adicionar um total de 1 milhão de TEU de capacidade anual até 2024.

Conforme relatado pelo GPA, seu Terminal Garden City atualmente lida com quase um em cada nove contêineres carregados que cruzam as docas do país.

“Nosso programa de expansão de infraestrutura de longa duração, juntamente com a capacidade da Autoridade como proprietário-operador para acelerar o cronograma de desenvolvimento, permitiu que o Porto de Savannah se adaptasse a volumes elevados de contêineres”, disse o presidente do conselho do GPA, Joel Wooten.

Os planos para expandir a frota também estão em andamento, pois a Autoridade Portuária espera colocar on-line nove novos guindastes elétricos de pórtico com pneus de borracha (RTG) até a primavera de 2023 – elevando a frota total de RTG do Porto de Savannah para 207.

“As melhorias de capacidade no terminal e no interior permitem que a carga flua pelas nossas docas sem congestionamento.”

O volume de contêineres do Porto de Savannah cresceu quase 18% em fevereiro de 2021, estendendo os aumentos ano a ano para 19 meses consecutivos para o GPA.

<https://www.porttechnology.org/news/port-of-savannah-continues-booming-volumes-with-9-5-million-teu-aim-by-2025/>

Savannah foi recentemente classificada como o principal porto de contêineres dos EUA por volume de exportação carregado, movimentando 1,38 milhão de TEU em 2021.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/05/2022

LOCKDOWN NA CHINA PODE FREAR EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NESTE ANO, APONTA FGV

Informação: Canal Rural (18 de maio de 2022)



O lockdown adotado pela China para tentar conter a disseminação da covid-19 pode reduzir o ritmo de crescimento das exportações brasileiras – Foto: XINHUA

O lockdown adotado pela China para tentar conter a disseminação da covid-19 pode reduzir o ritmo de crescimento das exportações brasileiras neste ano, mas não impedirá que o país asiático impulse o superávit comercial brasileiro, segundo os dados do Indicador de Comércio Exterior (Icomex) divulgado nesta quarta-feira (18),

pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

De janeiro a abril de 2022, as exportações brasileiras cresceram, em valores, 24,1% ante o mesmo período de 2021. As importações avançaram 27,6%.

Em volume, as exportações brasileiras tiveram expansão de 3,5% de janeiro a abril de 2022 ante janeiro a abril de 2021, enquanto as importações encolheram 3,5%.

A diferença é explicada pelos aumentos de preços ocorridos no período: os preços das exportações subiram 19,6% de janeiro a abril, enquanto os das importações saltaram 32,2%.



“O lockdown adotado pela China para conter a pandemia ajuda a intensificar as pressões inflacionárias no mundo. Ao mesmo tempo, a redução do crescimento da China pode reduzir o crescimento das exportações brasileiras, mas não a ponto de ser observada uma queda nas vendas externas para esse país, em valor. A China continuará a liderar a contribuição para o superávit comercial do Brasil”, previu a FGV, na nota do Icomex.

“Além da guerra na Ucrânia, o novo lockdown na China, como medida para conter a propagação da covid-19, veio a intensificar os gargalos que ainda não tinham sido superados nas cadeias de suprimento globais, levando a novas pressões inflacionárias”, completou.

Entre os meses de abril de 2021 e 2022, as exportações brasileiras, em valor, cresceram 10,7%, e as importações, 29%. Nas importações, o avanço é explicado por um salto de 35,4% nos preços, enquanto o volume caiu 5%. Nas exportações, os preços subiram 21,1%, e o volume recuou 9%.

“Logo, tanto nas exportações como nas importações, houve redução do comércio em volume e aumento de preços”, apontou a FGV.

O relatório do Icomex menciona que, passado o choque inicial provocado pela pandemia do novo coronavírus, os preços internacionais engataram uma escalada de aumentos, no início de 2021, impulsionados pela recuperação da demanda mundial.

“Para o Brasil, o aumento do PIB da China em 8,1%, puxando a demanda por commodities, levou a uma trajetória de variações crescentes internacionais mensais, com os preços de exportações crescendo acima dos preços dos importados”, lembrou a FGV. “Esse comportamento muda a partir do final de 2021 e as variações nos preços importados superam as das exportações.”

O atual lockdown na China pode levar a uma desaceleração do crescimento econômico do país asiático, contribuindo para a queda nos preços internacionais. Por outro lado, os novos problemas de oferta nas cadeias de suprimento e em canais de logística “sugerem que esse resultado não deverá ser imediato e deverá ser pouco relevante para esse ano”.

“Fica, porém, o efeito de redução da demanda para as commodities, que acompanham o nível de atividade econômica do país, como o minério de ferro. Para as exportações brasileiras não seria uma boa notícia”, ponderou a FGV.

De janeiro a abril, o volume exportado pelo Brasil à China caiu 9,6% ante o mesmo período do ano anterior. No entanto, cresceram as vendas externas com destino aos Estados Unidos (7,7%), União Europeia (10,2%) e Argentina (6,7%).

Já o volume importado da China subiu 4% de janeiro a abril, enquanto que o Brasil comprou menos dos Estados Unidos (-5,4%), União Europeia (-3,5%) e Argentina (-9,5%).

A FGV lembra que o Brasil exportou menos minério de ferro para a China, mas que os chineses aumentaram as compras de carne bovina.

“Mesmo com a retração do crescimento chinês, o país deverá manter a sua posição de liderança no comércio exterior brasileiro”, previu o relatório do Icomex.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 18/05/2022

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO CMA CGM BUSCA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DE BAIXO CARBONO

Informação: MasContainer (18 de maio de 2022)

O Grupo CMA-CGM aderiu ao projeto piloto Jupiter 1000 promovido pela GRTgaz na região francesa de Fos-sur-Mer, a fim de acelerar sua transição para novos combustíveis de baixo carbono .

Por meio dessa iniciativa, foi colocada em operação uma instalação para a produção de hidrogênio verde a partir de fontes renováveis e e-metano, um gás sintético que utiliza hidrogênio e CO2 capturados por meio de um processo industrial. A ideia é converter parte da energia renovável , aproveitando o fato de ser abundante, em energia de baixo carbono , para que possa ser armazenada em larga escala por longos períodos.



Foto: Divulgação / MasContainer

Após uma fase de estudo e os correspondentes procedimentos administrativos para o início da construção, o primeiro eletrolisador injetou hidrogênio pela primeira vez na rede GRTgaz em fevereiro de 2020 , enquanto um segundo eletrolisador entrou em serviço em novembro de 2021 .

Através da produção de hidrogênio , o Jupiter 1000 também recicla CO2 , que converte em gás sintético. Nesse sentido, o CO2 produzido pela caldeira da Asco Industrie, usina siderúrgica localizada na área, é captado e posteriormente transferido por gasoduto para as instalações do projeto .

Assim, é reciclado com hidrogênio em uma unidade de metanação instalada pela Khimod, que ficará pronta em junho de 2022 . O gás sintético resultante pode ser utilizado em substituição ao gás fóssil e utilizado livremente nas redes de transporte e distribuição .

Graças aos resultados deste projeto, a CMA-CGM poderá acelerar o desenvolvimento da produção de metano sintético para a descarbonização de suas operações . Atualmente, possui 28 navios preparados para o uso do e-metano.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/05/2022

MP MUDA TABELA DO PREÇO DO FRETE RODOVIÁRIO DE CARGA

Informação: Agência Porto (18 de maio de 2022)

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Medida Provisória (MP) 1117/2022 que altera uma regra para a elaboração da tabela de preço do piso mínimo de frete rodoviário de carga. A MP reduz de 10% para 5% o percentual de variação no preço do diesel para a correção dos valores da tabela. A medida ocorre após o anúncio de mais uma alta no preço do óleo diesel na semana passada.

Elaborada em 2018, após a greve dos caminhoneiros, a legislação sobre a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas estabelece que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deve publicar a tabela a cada seis meses, até os dias 20 de janeiro e 20 de julho de cada ano, com os valores serão válidos de piso para o semestre.

O texto prevê ainda que a tabela deve ser atualizada sempre que houver oscilação no preço do produto igual ou superior a 10%. Com a mudança introduzida pela MP, esse percentual foi reduzido para 5%.



A partir de agora, sempre que ocorrer oscilação no preço do óleo diesel no mercado nacional superior a 5% em relação ao preço considerado na planilha de cálculos, a ANTT deve atualizar a tabela.

“Com isso, pretende-se dar sustentabilidade ao setor do transporte rodoviário de cargas, e, em especial, do caminhoneiro autônomo, de modo a proporcionar uma remuneração justa e compatível com os custos da atividade”, diz nota publicada pela Secretaria-Geral da Presidência.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/05/2022

FERTILIZANTES: BRASIL SEGUE IMPORTANDO DA RÚSSIA

Informação: Revista Cultivar (18 de maio de 2022)

A Associação Nacional para a Difusão de Adubos (ANDA), dentro dos limites de sua atuação como entidade de representação que tem o compromisso de informar corretamente a sociedade, os produtores rurais e o governo sobre concretos focos de atenção e preocupação no setor de fertilizantes, vem a público prestar e compartilhar as seguintes informações:

Segundo dados oficiais, o Brasil importou, em abril último, 3,24 milhões de toneladas de fertilizantes. Isto representa 81,5% acima do volume de 1,88 milhão de toneladas registrado no mesmo mês de 2021. No primeiro quadrimestre de 2022, o total importado atingiu 11,19 milhões de toneladas, com crescimento de 6,4% em relação a igual período do ano passado (fonte: MDIC/SECEX). Esses dados ainda espelham o ritmo acelerado de compras internacionais feitas no início do ano e, portanto, antes da crise entre a Rússia e a Ucrânia. Na atualidade, contudo, tal ritmo de importação poderá? não se repetir, haja vista que sanções impostas a? Rússia criaram obstáculos, como as restrições das transações financeiras ou das operações logísticas.

Ademais, é preciso considerar os seguintes fatores: em termos geográficos, verifica-se que o fluxo comercial de fertilizantes provenientes da Bielorrússia e da China para o Brasil reduziu-se, considerando as incertezas geopolíticas; e? sempre importante lembrar que o Brasil produz apenas 15% da demanda interna de fertilizantes, importando os demais 85%, o que implica, por definição, alto grau de exposição a? volatilidade de preços internacionais. Nesse passo, e? natural que as expectativas do produtor quanto a antecipar ou postergar compras mostrem-se em constante dinâmica. Os dados totais da ANDA para o período de janeiro a fevereiro demonstram, por exemplo, uma redução de 11% nas entregas de fertilizantes em relação ao mesmo bimestre do ano anterior.

Assim sendo, a ANDA reforça a necessidade de análise das informações e do cenário com prudência. Esclarece, ainda, que segue colaborando com o governo na busca por alternativas para apoiar a abertura de novos mercados e de soluções de logística, com o objetivo de manter o ritmo das entregas aos consumidores brasileiros, assim como apoiando as ações do Plano Nacional de Fertilizantes (PNF).

Nesse particular, nossas autoridades, sem dúvida, tem clara a importância de garantir o fluxo desses insumos à agricultura nacional, pois fertilizantes são essenciais e o primeiro passo para a cadeia alimentar fluir. Trata-se de questão de segurança alimentar, que tem sido pauta da ONU e de toda a sociedade. Há? claros esforços para abrir novos mercados, priorizar o desembarque desses insumos em nossos portos e, ainda, tentar acelerar o desenvolvimento e debate sobre o PNF.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 18/05/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

DEPUTADOS ARTICULAM PROJETO QUE REDUZ A 17% ICMS PARA COMBUSTÍVEIS E CONTA DE LUZ

Proposta passaria a considerar serviços de água, energia e combustíveis como essenciais. Há estados que hoje cobram até 31%

Por Fernanda Trisotto — Brasília



Deputados tentam impedir reajustes na conta de luz — Foto: Custódio Coimbra/Agência O Globo

BRASÍLIA – Após pressionarem o governo por uma redução nos reajustes na conta de luz, deputados articulam a retomada de uma proposta de que limita a cobrança de ICMS para tarifas de energia elétrica, combustíveis e água a uma alíquota de 17%. A avaliação dos parlamentares é de que essa é uma medida estrutural e que terá efeitos imediatos no bolso da população.

Além disso, o tema impacta fortemente os planos de reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Com a inflação acelerando, o presidente vem aumentando o tom das críticas ao preço dos combustíveis, pelos efeitos que a elevação dos preços tem sobre a sua popularidade.

A proposta, do deputado Danilo Forte (União-CE), passa a considerar os serviços de energia elétrica, combustível e água como essenciais, o que limita a alíquota do tributo estadual que pode ser aplicada. O deputado já reuniu assinaturas para apresentar um requerimento de urgência na tramitação da proposta, que pode ser avaliada na sessão desta quarta-feira.

— A proposta é no sentido de nominar energia, água e combustível como bens de primeira necessidade. Ninguém altera alíquota, nem mexe com ano fiscal, só faz enquadramento e os estados são obrigados a baixar a alíquota para 17% — diz o deputado.

Para ele, o ganho é imediato. A expectativa é de que haja uma redução da ordem de 11% no preço na bomba, para os combustíveis.

IRPF 2022: Brasileiro que mora no exterior precisa declarar Imposto de Renda? Veja as regras
No caso da conta de luz, o corte poderá ser bastante elevado em alguns estados, caso tenham de diminuir a alíquota para 17%. No Rio de Janeiro, o tributo é de 34%. O Distrito Federal tem alíquota de 25% para o ICMS na conta de luz. Em São Paulo, a alíquota padrão é de 25%, mas pode ser menor a depender da renda familiar e do consumo de energia.

— Essa é uma medida estrutural. Já conseguimos assinaturas para o pedido de urgência, que pode ser votado ainda hoje. É uma oportunidade para a população brasileira que tem muito gasto com energia — afirma.

Forte participou da reunião entre deputados e o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, nesta quarta. Ele disse que o ministro se comprometeu a discutir essa proposta diretamente com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Pela manhã, os parlamentares pressionaram Sachsida e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para apresentarem um caminho para evitar as correções das contas de luz, que estão chegando a superar os 20%.

Caso não haja uma solução, o Congresso votará o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que adia para 2023 o aumento na conta de luz autorizado pela agência reguladora no Ceará, e que pode ser estendido para todos os estados.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/05/2022

CRÉDITO PODE ACELERAR TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, AVALIAM EXECUTIVOS DE BANCOS EM EVENTO SOBRE DESCARBONIZAÇÃO

Em mesa mediada pelo presidente do BNDES, Gustavo Montezano, foi debatido papel de protagonismo que Brasil pode exercer no caminho para uma economia verde

Por Vitor da Costa — RIO



Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES) participou de mesa sobre o papel do sistema financeiro no fomento de ativos ambientais. — Foto: Ana Branco

O setor financeiro e bancário pode exercer um papel de destaque na transição energética e na monetização dos ativos ambientais de forma que a economia brasileira ganhe produtividade.

Essa, pelo menos, é a visão de executivos de grandes bancos que participaram do Congresso

Mercado Global de Carbono - Descarbonização e Investimentos Verdes, promovido pelo Banco do Brasil e Petrobras.

A mesa mediada pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, contou com a participação de representantes de bancos brasileiros e do exterior para discutir as potencialidades que os ativos ambientais oferecem ao Brasil e quais são os obstáculos a serem enfrentados para que esse mercado se desenvolva.

O presidente do conselho do Santander, Sergio Rial, ressaltou que a primeira reflexão a ser feita é que a transição energética, se realizada de forma abrupta, pode causar um impacto inflacionário em um mundo já assolado pelo aumento dos preços.

Isso contudo, não significa que o assunto não deva ser debatido por membros do setor privado, público e da sociedade civil.

— Com uma inflação de dois dígitos na Europa e nos Estados Unidos, essa conversa se torna extremamente perigosa. Perigosa, no sentido de nós acharmos que isso não deve acontecer, e isso deve acontecer. A meta estabelecida em Paris é inatingível até 2030, no meu ponto de ver. Mas o fato de ser inatingível não significa que não devemos ter metas ambiciosas — disse.

'Bônus Brasil'

A CEO do UBS, Sylvia Coutinho, destacou que os bancos têm um papel importante na busca por otimizar a transição energética. Segundo a executiva, além de trabalhar o "custo Brasil", podemos gerar um "bônus Brasil" por meio da economia verde.

— Essa transição é nova para todo mundo, na questão de taxonomia, certificações e avaliações de risco. A gente pode sair na frente, temos os ativos ambientais mais valiosos do planeta. Do

momento em que a gente começar a precificar os produtos com a pegada de carbono, de repente, o aço brasileiro pode ser mais barato que o aço chinês. No momento em que você começa a entrar com esse quesito no preço, você ganha produtividade

Sylvia destaca que a pandemia representou um ponto de virada, com as estratégias ESG tendo uma performance melhor que as convencionais, até pela menor exposição a energias fósseis.

— Um dos dramas que estamos tentando quebrar a cabeça é a questão da floresta em pé. Como é que a gente cria uma equação financeira que premie uma floresta em pé. É um ponto que ainda estamos tentando viabilizar e passa muito pelos mercados de carbono. Lá fora a questão é reflorestamento. A nossa é manutenção — disse a CEO do UBS.

O presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, destacou os produtos que vêm sendo desenvolvidos pelo banco no contexto da economia verde.

Entre eles, estão as Cédulas do Produtor Rural (CPRs) Verdes, que são um instrumento de crédito que visa premiar agricultores com boas práticas ambientais em suas propriedades.

Mais cedo, Riberio já havia anunciado um fundo de investimento em crédito de carbono.

Segundo a executiva do UBS, o mercado financeiro pode ajudar na realização das operações por meio do ganho de escala, já que há cada vez mais empresas interessadas na temática ESG, de transparência, e de qualificação dos créditos.

— Isso é oportunidade de trazer competitividade para o Brasil. No fundo, o mercado financeiro tem a missão de fazer essa economia verde correta e necessária se transformar em economicamente viável. Como a gente viabiliza, monetiza e atribui valor a esse ativo que é fundamental para a nossa existência — disse Sylvia.

Protagonismo

Durante o debate, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, destacou que 22% da carteira de crédito dos bancos se destina a segmentos da economia verde e que, neste ano, os bancos já foram responsáveis por mais da metade dos cerca de US\$ 2 bilhões que foram captados por meio de títulos de dívida sustentável no país.

— A Febraban vê com bastante entusiasmo que o debate sobre o mercado de carbono ganhou uma estatura, inclusive governamental. É fundamental que nós tenhamos um marco que possa trazer regras e atrativos para fomentar esse mercado e precificar o carbono no país.

Para Rial, é necessário que o mercado também esteja disposto a confrontar o fato de que, em muitas ocasiões, os investidores não estão preparados para receber menos em um determinado título do mercado de capitais que envolva sustentabilidade.

Segundo o presidente do Conselho do Santander, o Brasil precisa exercer um papel de protagonismo nas discussões do mercado de carbono para não ficar à mercê do que é desenvolvido no exterior.

— O Brasil é uma das maiores mecas de commodities no mundo e não fomos capazes de criar uma bolsa de commodity. O nosso grande risco é um mercado de crédito de carbono que vai ficar na China. Se o Brasil reconhece seu papel no mercado de carbono, temos que começar a ser influenciadores do que está acontecendo — disse.

Relações Exteriores

Montezano destacou que o Ministério de Relações Exteriores está preparado para auxiliar o país na transição para a economia verde e para o mercado de créditos de carbono.

O presidente do BNDES fez uma associação entre o momento atual e uma “guerra do clima”.

— Nessa guerra do clima, o MRE [Ministério de Relações Exteriores] está preparado para entrar em ação — destacou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/05/2022

BRASIL TEM POTENCIAL DE ENERGIA EÓLICA NO MAR EQUIVALENTE A 50 USINAS DE ITAIPU

Produção do petróleo no pré-sal no país tem as menores emissões do mundo

Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro



Joaquim Leite, ministro do Meio Ambiente, e Paulo Guedes, de Economia, participam de evento de carbono no Rio — Foto: Reprodução

O ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, disse que o Brasil tem no mar um potencial de 50 usinas de hidrelétricas de Itaipu, uma das maiores do mundo. De acordo com ele, esse é o total estimado que pode ser gerado em energia com plantas eólicas em alto-mar.

Leite disse que o potencial com a energia dos ventos no mar é de 700 gigawatts (GW). A capacidade instalada de Itaipu é de 14 GW. Mas frisou que, apesar de os projetos ainda não terem viabilidade econômica, podem contar no futuro com soluções como a substituição de crédito. Para ele, há um potencial de US\$ 200 bilhões de investimentos.

Além dos projetos eólicos em alto-mar, Leite citou ainda projetos de hidrogênio verde, com potencial de outros US\$ 100 bilhões em investimentos.

— São duas potencialidades. Vamos ser um país exportador de energia renovável e de combustível.

Ele participa na manhã desta quarta-feira do congresso "Mercado Global de Carbono – Descarbonização & Investimentos Verdes", que ocorre no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, e é transmitido online para a imprensa.

O evento é realizado pelo Banco do Brasil e a Petrobras, com o apoio institucional do Banco Central do Brasil e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O objetivo é reunir lideranças empresariais, políticas e ambientais para discutir o mercado de créditos de carbono.



Presidente da Petrobras, José Mauro Ferreira Coelho, participa de evento de carbono no Rio — Foto: Reprodução

O presidente da Petrobras, José Mauro Ferreira Coelho, também destacou a importância da segurança energética durante sua apresentação.

— O mercado global de carbono é o maior desafio global. Desafios dessa magnitude exigem diálogo e cooperação para uma transição justa. A segurança energética é fundamental,

principalmente, nesses últimos anos temos verificado a importância de ter segurança energética — disse ele, na abertura do evento.

Segundo Coelho, o Brasil é uma potência de baixo carbono de energia. Ele lembrou que 48% da matriz energética, que mede o consumo primário de energia, é renovável. Citou ainda que 85% da matriz elétrica é renovável, além de 25% da matriz de transporte, com etanol e biodiesel, por exemplo.

— A produção do petróleo no pré-sal está entre as menores emissões do mundo. O petróleo é produzido com 40% menos emissões por barril do que a média mundial. O Brasil está nesse momento com uma matriz energética, elétrica e de transporte onde o mundo quer chegar em 20 a 30 anos. Já somos líderes nessa transição energética.

Segundo Coelho, a transição energética será lenta. Entre as oportunidades, ele destacou o desenvolvimento de biocombustíveis, como o diesel renovável e o diesel verde, além do bioquerosene de aviação (QAV). Lembrou ainda dos estudos em plantas eólicas em alto-mar em parceria com a Equinor. Disse que a Petrobras tem um programa de US\$ 2,8 bilhões em projetos de descarbonização.

— Nesse sentido o mundo vai demandar petróleo por muitos anos. E, ao produzir petróleo de baixo custo e baixa emissão, geramos divisas relevantes para financiar a transição.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/05/2022

PLATAFORMA MEDE PEGADA DE CARBONO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Sistema reúne dados de desempenho ambiental de produtos, desde a extração dos recursos naturais até a porta da fábrica

Por Cláudio Marques, Especial para o Prática ESG — São Paulo



Plataforma permite comparar indicadores de materiais — Foto: Edilson Dantas/Agência O Globo

A sustentabilidade no setor de construção civil ganhou um aliado. No final de abril, foi lançado o Sistema de Informação do Desempenho Ambiental da Construção (Sidac), uma plataforma web que permite calcular a pegada de energia e de carbono de produtos de construção. Por meio dela, é possível conhecer os gastos de energia primária e emissão de CO² desde a extração dos recursos naturais até a porta da fábrica, onde vai ser transformado em material de construção.

Para o professor Vanderley John, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), diretor do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS), trata-se de uma mudança de paradigma.

— Pela primeira vez, teremos no Brasil um sistema que reúne dados de desempenho ambiental de produtos de construção, que hoje encontram-se dispersos em publicações científicas, relatórios e outros documentos. Os sistemas análogos que usam dados internacionais não representam a realidade brasileira e podem levar a decisões equivocadas — afirma.

Seleção de fornecedores

O CBCS é responsável pelo desenvolvimento e coordenação do sistema. O Sidac calcula indicadores de desempenho ambiental com base em dados brasileiros e nos conceitos da Avaliação do Ciclo de Vida (ACV). A empresa interessada cadastra o inventário do processo de fabricação do seu produto e o sistema calcula automaticamente os indicadores do “berço” à fábrica — como reporta o Sidac.

Para isso, deve submeter, no próprio sistema, os dados para a revisão por um especialista. Se houver necessidade, deverá fazer as correções necessárias e, uma vez aprovados, os dados serão publicados. Desta maneira, torna possível a declaração de desempenho ambiental de produtos e a seleção de fornecedores com base em indicadores ambientais.

— É um instrumento de apoio a decisões de projeto de melhoria aos processos industriais — diz o professor.

Ele ainda ressalta que o Sidac contribui para a governança socioambiental de empresas e setores e auxilia na elaboração de estratégias para redução de carbono. A razão para isso é que a plataforma também compara indicadores de desempenho ambiental de diferentes fornecedores do mesmo produto, emite declaração de desempenho ambiental e ainda torna possível calcular os indicadores de desempenho de novos produtos, componentes ou sistemas construtivos.

Nesta primeira fase, está disponível apenas para indicadores de demanda de energia primária e emissão de CO².

O CBCS coordena o desenvolvimento do sistema por meio de um comitê científico constituído por um consórcio de universidades e institutos de pesquisa brasileiros, com o apoio de associações setoriais da construção, participação do governo brasileiro e suporte de instituições internacionais.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/05/2022

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS SERÁ APROVADA HOJE E GOVERNO JÁ DEFINE A DATA DA CAPITALIZAÇÃO

Por Lauro Jardim



O prédio da Eletrobras, no Centro do Rio | Daniela Dacorso

A sessão de hoje do TCU finalmente aprovará o modelo de privatização da Eletrobras.

Quem conhece a alma dos ministros do TCU fez as contas e informa o placar: dos nove ministros, sete dirão "sim" ao relatório de Aroldo Cedraz; o ministro Vital do Rego votará contra (e de forma contundente); e a ministra Ana Arraes não se manifestará por ser a presidente do tribunal.

Um placar tranquilo para o governo, portanto. Diz um ministro do TCU:

— Será uma votação sem emoção. Quem quiser emoção hoje que vá ao casamento do Lula.

Ontem, o novo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, se reuniu com alguns ministros no TCU. Sachsida deu uma espécie de agenda do encaminhamento do processo a partir da decisão de hoje do TCU.

Já decidiu que no dia 25 será protocolado na CVM e na SEC (a CVM dos EUA) o pedido de registro da oferta pública global das ações ordinárias e das ADRs.

O passo seguinte será, finalmente, a capitalização da Eletrobras, marcada para o dia 9 de junho. Se tudo ocorrer como o previsto, a União passará a deter 45% do capital (hoje, possui 72%), deixando de ser a controladora da empresa.

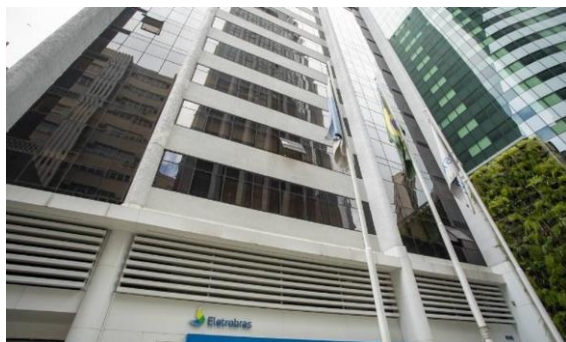
Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/05/2022

ELETOBRAS: TCU RETOMA HOJE JULGAMENTO QUE PODE DEFINIR 1ª PRIVATIZAÇÃO DE BOLSONARO

Com cronograma apertado, governo precisa de decisão rápida para concretizar a venda da estatal de energia e cumprir promessa de campanha

Por Fernanda Trisotto — Brasília



TCU julga hoje privatização da Eletrobras — Foto: Ana Branco / Agência O Globo

O Tribunal de Contas da União (TCU) retoma nesta quarta-feira o julgamento do processo de privatização da Eletrobras. Este passo é fundamental para o governo de Jair Bolsonaro concluir a venda do controle de uma grande estatal do país, promessa de campanha de 2018. Mas mesmo que a corte conclua a votação, há dúvidas sobre a viabilidade da desestatização este ano, em valores que chegam a

R\$ 67 bilhões.

Para o governo, mais que o dinheiro que pode obter com a venda do controle da estatal, está em jogo a última chance de ter uma grande desestatização do seu governo para mostrar, já que foi eleito com a bandeira de redução do Estado, mas não conseguiu avançar nas privatizações.

O governo acredita que precisa aprovar logo para conseguir colocar a desestatização na rua no fim de julho, devido às regras acionárias americanas, onde os papéis da estatal também são listados. Mas até dentro do governo há ceticismo sobre a venda do controle neste prazo, devido às condições financeiras globais e dos riscos eleitorais.

O TCU já analisou e aprovou a primeira parte do processo de privatização, que avaliou o preço das outorgas que serão pagas pela Eletrobras privada ao governo federal. Agora, o TCU se debruça sobre a privatização em si, especialmente o preço mínimo das ações. A área técnica chegou a sugerir mudanças nessa precificação, mas nada que preocupe o governo, que acredita que isso será definido pelo mercado.

Também está em análise a cisão da Eletronuclear (que cuida das usinas nucleares de Angra) e de Itaipu — ambas não podem ser privatizadas.

Entenda: Sem refinarias suficientes, Brasil pode ter falta de combustível se travar preços
A análise do processo já foi incluída na pauta do plenário da Corte, mas em meio a pedidos de novas informações e fiscalização adicional, ampliam-se os temores de um novo atraso, o que inviabilizaria a venda.

Está será a segunda análise da desestatização da empresa, pois o processo de venda do controle da companhia foi dividido em dois.

O que causa apreensão no governo são justamente os pedidos do ministro Vital do Rêgo, revisor do processo. Em abril, ele pediu vista durante o julgamento e prometeu que apresentaria o voto até dia 18 de maio. Mas, nesse meio tempo, enviou um ofício à Eletrobras pedindo mais



informações e conseguiu aprovar um pedido de fiscalização adicional por causa de uma elevada provisão para contingências, o que pode reduzir o valor da empresa.

O TCU já analisou e aprovou a primeira parte do processo de privatização, que avaliou o preço das outorgas que serão pagas pela Eletrobras privada ao governo federal. Agora, o TCU se debruça sobre a privatização em si, especialmente o preço mínimo das ações.

A área técnica chegou a sugerir mudanças nessa precificação, mas nada que preocupa o governo, que acredita que isso será definido pelo mercado. Também está em análise a cisão da Eletronuclear (que cuida das usinas nucleares de Angra) e de Itaipu — ambas não podem ser privatizadas.

O modelo da privatização prevê transformar a companhia em uma corporação, sem controlador definido, após uma oferta de ações que não será acompanhada pela União. Sem acompanhar a capitalização, o governo tem sua participação diluída para menos de 50% e perde o controle das empresas.

No total, o governo calculou em R\$ 67 bilhões os valores relacionados à privatização, mas nem tudo vai para os cofres públicos. Desse valor, R\$ 25,3 bilhões serão pagos pela Eletrobras privada ao Tesouro, neste ano, pelas outorgas das usinas hidrelétricas que terão os seus contratos alterados.

Serão destinados ainda R\$ 32 bilhões para aliviar as contas de luz a partir deste ano por meio do fundo do setor elétrico, a Conta de Desenvolvimento Energética (CDE). O restante vai para a revitalização de bacias hidrográficas do Rio São Francisco, de rios de Minas Gerais e de Goiás, e para a geração de energia na Amazônia.

A privatização da empresa é prioridade para o governo, que corre contra o tempo para ter o aval do TCU para viabilizar a venda. O novo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, já afirmou que esse processo é prioritário para a pasta e iniciou esta semana com visitas de cortesia a ministros da Corte, para tratar da capitalização da estatal.

Twitter: Após pressão de Musk, conselho antecipa decisão e dá aval à venda da empresa
A pressa do governo se explica. Inicialmente, o objetivo era realizar o leilão no dia 13 de maio, o que não ocorreu porque o processo emperrou no TCU. Esse era o prazo limite por causa de prazos de divulgação de informações financeiras no mercado americano, onde a estatal tem seus papéis negociados.

Como isso não se concretizou, o governo trabalha para viabilizar o plano B, com a privatização para o fim de julho ou começo de agosto. Mas há desconfiança dentro do próprio governo de que isso possa acontecer, já que esse é um período mais turbulento no mercado e há o risco de que esse prazo apertado afaste investidores estrangeiros.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/05/2022

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BOLSONARO PERMITE QUE SERVIDOR PÚBLICO TRABALHE DE CASA, ATÉ DO EXTERIOR, DESDE QUE CUMPRA METAS

Órgãos poderão adotar programa de gestão que medirá o desempenho dos servidores a partir da "entrega por resultados" e não mais a partir do ponto de frequência

Por Luci Ribeiro, O Estado de S.Paulo



BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro editou decreto para permitir que servidores públicos trabalhem de casa, até mesmo do exterior, desde que cumpram metas. A norma diz que, a partir de 1º de julho deste ano, os órgãos poderão adotar programa de gestão que medirá o desempenho dos servidores a partir da "entrega por resultados" e da "qualidade dos serviços prestados à sociedade", e não mais a partir do ponto de frequência.

O novo programa de controle de desempenho poderá ser implementado tanto para os servidores que estiverem na modalidade presencial quanto para aqueles em teletrabalho. No início do mês, o governo determinou que todo o funcionalismo federal volte ao presencial até o dia 6 de junho.

Com a nova regra, órgãos, autarquias e fundações da administração federal que aderirem ao modelo deverão substituir o tradicional registro do ponto de frequência pelo acompanhamento das entregas, a ser mensurado com base em metas compatíveis com a jornada de trabalho regular do agente público participante.

As regras do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) estão descritas em decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, 18. Segundo o ato, o PGD poderá ser adotado nas modalidades de trabalho presencial ou teletrabalho e será aplicado a servidores efetivos, comissionados, empregados públicos em exercício na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, contratados por tempo determinado e estagiários. O decreto não abrange os servidores militares.

A instituição do modelo em cada órgão será autorizada pelo seu dirigente máximo, como o ministro de Estado, no caso dos ministérios, que dará o aval levando em consideração a "efetividade" e "a qualidade das entregas". "A instituição do PGD é ato discricionário da autoridade máxima do órgão ou da entidade e observará os critérios de oportunidade e conveniência", acrescenta o decreto.

Além disso, a substituição dos controles de assiduidade e de pontualidade dos participantes do PGD por controle de entregas e resultados, poderá ser feita tanto no modo presencial quanto no teletrabalho.

"Essa substituição tem foco na administração voltada para resultados e busca maior transparência em relação às atividades desenvolvidas pela administração pública e seus agentes", diz a Secretaria-Geral da Presidência em nota enviada à imprensa. "O normativo impactará na política pública de gestão de pessoas, em especial no que tange à melhoria da gestão da produtividade dos participantes, por meio da promoção da cultura orientada para resultados e pelo incremento da eficiência", reforça.

Teletrabalho

O decreto traz regulamentação específica para o teletrabalho no serviço público federal. Dentre elas, a norma estabelece que a atividade remota dependerá de acordo mútuo entre o agente público e a administração, registrado no termo de ciência e responsabilidade; poderá ocorrer em regime de execução integral ou parcial; terá a estrutura necessária, física e tecnológica, providenciada e custeada pelo agente público; e exigirá que o agente público permaneça disponível para contato, no período definido pela chefia imediata e observado o horário de funcionamento do órgão ou da entidade, por todos os meios de comunicação. A opção pelo teletrabalho não poderá implicar aumento de despesa para a administração pública federal, diz o texto.

Pelo decreto, o governo ainda admite o teletrabalho para servidores residentes no exterior, mas com algumas condições. Dentre elas, o teletrabalho no exterior só será autorizado: por tempo determinado; para servidores efetivos que tenham concluído o estágio probatório; em regime de execução integral; no interesse da administração; e com manutenção das regras referentes ao

pagamento de vantagens, remuneratórias ou indenizatórias, como se estivesse em exercício no território nacional.

Em defesa da modalidade de trabalho a distância, o governo destaca que a sua adoção "terá como consequências positivas para a administração maior flexibilidade geográfica na alocação de mão de obra, redução de custos pela redução de espaço físico ocupado em imóveis pela administração pública e satisfação dos agentes públicos que preferirem o teletrabalho".

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/05/2022

ELETOBRAS: TCU TEM MAIORIA PARA APROVAR PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA ESTATAL

Julgamento da privatização da Eletrobras foi retomado nesta quarta-feira com o voto do ministro Vital do Rego, que apontou inconsistências no processo; desestatização é prioridade para o governo Bolsonaro

Por Marlla Sabino, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Tribunal de Contas da União (TCU) formou maioria nesta quarta-feira, 18, para aprovar a continuidade do processo da privatização da Eletrobras. Os votos foram sinalizados pelos ministros ao longo da discussão do mérito do processo, mas ainda haverá uma votação formal ao fim da sessão. A decisão atende o interesse do governo Bolsonaro, que espera concluir a capitalização da estatal até agosto deste ano.

Dos oito ministros votantes, seis deles sinalizaram que acompanharão o relator, Aroldo Cedraz, que se posicionou de forma favorável à privatização. Ainda que em alguns casos, como o do ministro Jorge Oliveira, tenham afirmado que indicarão ajustes necessários. No total, o TCU é composto por nove ministros, mas a presidente do Tribunal, Ana Arraes, só vota em caso de desempate.

Apenas o ministro Vital do Rêgo apresentou voto divergente contra a privatização. Em seu parecer, ele alega que os dados da privatização e modelo têm uma série de inconsistências. O ministro, no entanto, não conseguiu apoio dos demais integrantes do colegiado para prevalecer seu entendimento.

Após a maioria dos ministros declararem apoio ao posicionamento do relator do processo, ministro Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo afirmou que respeita a decisão. "Aceito a decisão da maioria, mesmo não entendendo o posicionamento dela. Aceito, mas não entendo, mas respeito acima de tudo."

Durante o julgamento, o ministro Vital do Rêgo argumentou que há ilegalidades sobre os cálculos do valor a ser pago pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar) para assumir a Itaipu Binacional.

A estatal sucederá a Eletrobras no controle da usina após a privatização. Mas, para isso, deverá pagar um "valor justo" pela aquisição, que foi fixado em R\$ 1,2 bilhão, que seria o resultado da atualização monetária dos US\$ 50 milhões referentes ao capital social original da Eletrobras na usina pelo lado brasileiro.

"Não existe, no nosso ordenamento jurídico, essa forma de cálculo que chegou ao tal de R\$ 1,2 bilhão, pois a valoração de Itaipu foi realizada utilizando-se como referência a atualização do "capital social" da empresa em vez do seu "fluxo de caixa operacional", conforme define a legislação", diz o voto.



Sede da Eletrobras; TCU retoma julgamento da privatização Foto: Wilton Júnior/Estadão

Em seu parecer, ele ressalta que a avaliação da Eletronuclear, que também será mantida sob controle da União via ENBPar, foi realizada pelo método do fluxo de caixa operacional. Vital argumenta que, caso o mesmo critério fosse considerado para Itaipu, o valor econômico de 50% da parte brasileira seria superior.

“Diante da flagrante ilegalidade na forma como foi calculada a participação brasileira em Itaipu, evidentemente subavaliada, minha proposta é de determinar que a valoração econômica dessa Usina seja feita a partir do seu fluxo de caixa operacional, de acordo com a legislação.”

Ministro propõe paralisar análise, mas não consegue apoio

Antes de iniciar a leitura, o ministro propôs paralisar a análise da privatização da Eletrobras até a conclusão da fiscalização dos procedimentos adotados pela estatal para provisionamento de recursos relacionados a demandas judiciais do empréstimo compulsório de energia.

A proposta, no entanto, não teve apoio no plenário da Corte. Os ministros Bruno Dantas e Aroldo Cedraz, relator do processo, defenderam a continuação da análise, o que foi acatado pela presidente da Corte de Contas, Ana Arraes. Cedraz afirmou entender que as informações contidas nos autos do processo são suficientes para dar prosseguimento ao julgamento.

Segundo Vital, sua proposta visa enriquecer a fiscalização. Ele afirmou que seu voto traz uma série de "inconsistências" detectadas na segunda fase de análise da privatização, incluindo "erros grosseiros de contabilidade" e "erros de apreciação mínima necessária de regulamentos e regimentos".

No final, porém, o pedido apresentado pelo ministro Vital do Rêgo para paralisar a análise da segunda etapa do processo da privatização da Eletrobras foi negado pelo plenário, por 7 votos a 1.

Venda da empresa é importante para o governo

A desestatização é prioridade para a equipe de Jair Bolsonaro, que tem a chance de conseguir entregar a privatização de uma grande estatal. Para garantir apoio, o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, fez uma ofensiva nos gabinetes de seis ministros do TCU para defender a venda da empresa nos últimos dias e sanar possíveis dúvidas existentes. Conforme mostrou o Estadão, Sachsida afirmou a um ministro da Corte que, se o processo passar, a oferta de ações deve ocorrer em 25 de maio - um prazo mais curto do que vinha sendo indicado nas últimas semanas.

A primeira etapa do processo, que discutiu principalmente os valores envolvidos na desestatização, foi aprovada pelo TCU em fevereiro. A discussão envolveu os montantes a serem pagos como bônus de outorga para a União, pela mudança no regime de operação das usinas da estatal. Atualmente, a empresa vende energia por preços mais baixos que os praticados no mercado. Com a mudança, a Eletrobras poderá vender a preço de mercado.

A discussão agora se concentra no modelo de venda incluindo os valores das ações a serem ofertadas na bolsa de valores para que a União deixe o controle acionário da empresa. Mas os dados são sigilosos e não devem ser divulgados até o dia da emissão das ações. Pela operação, a União deve reduzir sua participação na estatal de mais de 60% para algo em torno de 45%.

O julgamento desta fase começou em 20 de abril, com a apresentação do voto do ministro-relator, Aroldo Cedraz, favorável à privatização. A votação, no entanto, foi adiada após o ministro Vital do

Rêgo apresentar pedido de vista, o que frustrou os planos do governo de realizar a operação neste mês de maio.

No início de maio, Vital solicitou uma série de informações e documentos à Eletrobras e, na última semana, determinou a abertura de um processo para avaliar procedimentos contábeis de provisionamento relativos a litígios judiciais referentes a empréstimos compulsórios de energia.

Enquanto aguarda o desfecho no TCU, a Eletrobras trabalha para concluir etapas mais técnicas para concretizar a diluição. Ontem, o ministro de Minas e Energia se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e com os presidentes da empresa, Rodrigo Limp, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montesano. O ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), Bruno Bianco, também participou.

Todos evitaram falar sobre o que foi discutido. Limp se restringiu a dizer que foi apenas um encontro para atualização sobre o processo. Ao comentar os resultados do balanço do primeiro trimestre de 2022 da empresa, ele também adotou um tom cauteloso e disse que o ideal é que a capitalização da companhia ocorra até junho, para evitar a proximidade com o calendário eleitoral e com as férias no Hemisfério Norte.

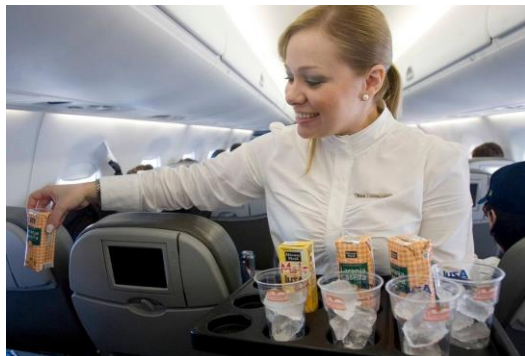
Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/05/2022

LATAM ANUNCIA RETOMADA DO SERVIÇO DE BORDO EM VOOS PARA 1º DE JUNHO

A Azul também retomará os serviços com opções de snacks e bebidas no dia 22 de maio

Por Redação, O Estado de S.Paulo



A Latam informou, nesta quarta-feira, 18, que retomará os serviços de bordo nos voos domésticos no Brasil em 1º de junho. A partir da data, a companhia voltará a oferecer gratuitamente opções de snacks doces, snacks salgados e bebidas.

A Azul informou, na segunda-feira, 16, que também retomará os serviços a partir do dia 22 de maio.

Latam e Azul anunciam retomada de serviços de bordo nos voos domésticos Foto: Sergio Dutti/AE

A retomada da alimentação a bordo acontece após liberação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no último dia 12. Os serviços ficaram suspensos por mais de dois anos devido à pandemia.

A utilização de máscaras durante as viagens permanece obrigatória.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/05/2022

GOVERNO DEVE MANTER PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO PIB NESTE ANO EM 1,5%

Nova projeção do governo deve ser anunciada na quinta-feira pelo Ministério da Economia

Por Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O governo deve manter a previsão oficial para o crescimento do PIB em 2022 em 1,5%, segundo apurou o Estadão/Broadcast. A avaliação é que o mercado está "convergindo"



para este número, depois de ter feito projeções bem abaixo das oficiais. No último relatório Focus, divulgado no início de maio, o mercado previa uma alta de 1% no PIB deste ano.

O economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, disse nesta quarta-feira, 18, que projeta uma expansão neste patamar. “Frente a uma projeção de crescimento zero para o PIB no começo do ano, acreditamos agora que as expectativas de mercado devam caminhar para 1,5%. Estamos ainda vivendo o efeito da reabertura da economia, com algum impacto da demanda reprimida, mas já tem segmentos em processo de declínio, como automóveis e produtos das linhas brancas e marrom”, ponderou.

A nova projeção do governo deve ser anunciada na quinta-feira pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, responsável pela grade de parâmetros macroeconômicos, que serve como base para os cálculos do relatório de receitas e despesas.

Como mostrou o Estadão, a necessidade de bloqueio de recursos do atual Orçamento para bancar novas despesas, como aumento salarial a servidores federais e subsídio a financiamentos do próximo Plano Safra, já está próxima de R\$ 10 bilhões. Mas esse valor deve ficar ainda maior caso o presidente Jair Bolsonaro opte por conceder um reajuste diferenciado a carreiras da segurança pública federal. Essa possibilidade continua no radar do governo porque o presidente – que vai disputar a reeleição – quer cumprir o prometido com as três carreiras policiais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e agentes penitenciários).

Em março, no último relatório bimestral, o Ministério da Economia anunciou um bloqueio de R\$ 1,72 bilhão no Orçamento de 2022. O congelamento das despesas foi necessário para não ultrapassar o limite do teto, já que gastos obrigatórios, como despesas com pessoal, estavam subestimados e também houve aumento de subsídios com o plano Safra por conta da alta de juros.

De acordo com as fontes, ainda não há uma definição sobre se o relatório contemplará as modificações orçamentárias necessárias para conceder reajuste ao funcionalismo público. Isso porque o tema ainda depende de decisão do presidente Jair Bolsonaro, que já disse publicamente que quer conceder aumento de 5% linear para todos os servidores, como antecipou o Estadão/Broadcast.

Na semana passada, a reportagem mostrou que técnicos da equipe econômica defendem que eventuais aumentos sejam oficializados até a divulgação do relatório - para que haja “segurança jurídica” em alterar o Orçamento a tempo de conceder o benefício em ano eleitoral.

A avaliação de técnicos ouvidos pela reportagem é que, qualquer que seja o formato do reajuste, será necessário enviar ao Congresso uma série de mudanças legislativas para abrir espaço no Orçamento para o aumento do funcionalismo. Eles defendem que o ideal é que isso seja feito antes ou até o envio do próximo relatório bimestral, que tem prazo do dia 22 de maio.

Por causa do ano eleitoral, o governo teria que aprovar os projetos de lei necessários até junho, quando fecha a folha de pagamentos do mês seguinte. O reajuste só pode ser concedido até julho porque, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), um presidente não pode aumentar o gasto com pessoal nos últimos 180 dias do mandato. /Colaboraram Francisco Carlos de Assis e Cícero Cotrim

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 18/05/2022

PETROBRAS ESTUDA INVESTIMENTO EM USINA EÓLICA NO MAR, EM PARCERIA COM A EQUINOR

Segundo o presidente da Petrobras, a empresa vem desenvolvendo uma nova geração de combustíveis mais modernos e sustentáveis como o diesel verde e o bioquerosene de aviação

RIO - O presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, disse nesta quarta-feira, 18, que, além da produção de biocombustíveis avançados, uma das alternativas da Petrobras para uma economia descarbonizada no futuro envolve estudos, em parceria com a Equinor, para a instalação do parque eólico de Aracatu na bacia de Campos, com capacidade instalada de 4 gigawatts (GW).

"O Brasil tem um grande potencial para eólica offshore e que traz sinergia com a experiência, a liderança e a competência da Petrobras no ambiente marítimo, principalmente em águas profundas e ultraprofundas", disse o executivo na abertura do congresso "Mercado Global de Carbono - Descarbonização & Investimentos Verdes" que acontece até sexta-feira no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, zona Sul da cidade. O evento é organizado por Banco do Brasil e Petrobras, com o apoio institucional do Banco Central, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Governo Federal.



Uma das alternativas da Petrobras para uma economia descarbonizada no futuro envolve estudos, em parceria com a Equinor, para a instalação do parque eólico de Aracatu na bacia de Campos Foto: JF Diorio - 02/09/2017

Além de Coelho, participam do Congresso, pela Petrobras, os diretores Rafael Chaves (Sustentabilidade), Rodrigo Costa Lima (Refino e Gás Natural), Juliano Dantas (Transformação Digital e Inovação), Claudio

Mastella (Comercialização e Logística) e João Henrique Rittershausen (Desenvolvimento da Produção).

Segundo o presidente da Petrobras, o petróleo produzido pela estatal no pré-sal é um dos que menos emitem gases de efeito estufa (GEE) no mundo, e além disso, a empresa vem desenvolvendo uma nova geração de combustíveis mais modernos e sustentáveis como o diesel verde e o bioquerosene de aviação.

Outras frentes abertas pela companhia se referem à captura de carbono, informou o executivo. "Nosso programa de captura, uso e armazenamento de gás carbônico nos campos do pré-sal foi reconhecido como o maior do mundo", disse durante a abertura do evento.

Coelho informou ainda, que as refinarias da empresa reduziram as emissões de CO2 em 8% desde 2015, e que até 2030 essa redução será de 30%. "A mudança climática, ouso dizer, é o maior desafio da nossa geração, é um desafio global de grande escala", avaliou Coelho.

O executivo não mencionou a questão do preço dos combustíveis, motivo de atrito entre o comando da Petrobras e o Palácio do Planalto. O reajuste de 8,9% nos preços do diesel da Petrobras, oito dias atrás, reavivou a polêmica: bastidores dão conta de nova fritura contra o presidente da estatal, no cargo há pouco mais de um mês, como informou o Broadcast/Estadão.

Além das reclamações públicas de Bolsonaro, que segundo fontes, articula a troca de diretores da empresa, Coelho perdeu seu principal interlocutor no governo, o ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, substituído na semana passada por Adolfo Sachsida, fiel escudeiro do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Apesar do recente reajuste, o preço médio praticado pela Petrobras para o diesel segue 4% abaixo dos preços internacionais, informa a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom). Já a gasolina, cujos preços da Petrobras não mudam há 67 dias, tem defasagem de 18% ante a média internacional.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 18/05/2022

EM REUNIÃO COM LIRA, SACHSIDA SUGERIU PIS/COFINS E RECURSOS DA ELETROBRAS PARA DIMINUIR CONTA DE LUZ

Além do presidente da Câmara e do ministro de Minas e Energia, participaram do encontro que reuniu parlamentares e representantes da Aneel

Por Iander Porcella, O Estado de S.Paulo

Contrário ao projeto que susta os aumentos nas tarifas de energia autorizados pela Aneel, o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, sugeriu nesta quarta-feira, 18, durante reunião na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), que recursos da privatização da Eletrobras podem ser uma alternativa para abater a alta na conta de luz. O ministro também disse que poderiam ser usados créditos do PIS/Cofins para amortizar as tarifas.

De acordo com participantes do encontro ouvidos pelo Estadão/Broadcast, a conversa se deu em tom “amigável”, mas Sachsida foi cobrado a encontrar uma solução rápida para os aumentos nas tarifas de energia. Parlamentares sentiram falta de soluções “concretas”, apesar das hipóteses apresentadas pelo ministro.



O presidente da Câmara, Arthur Lira, classificou como “produtiva” a reunião com o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, sobre os aumentos nas tarifas de energia elétrica no País
Foto: Dida Sampaio/Estadão - 08/12/2021

Sachsida também foi avisado de que o Congresso agirá caso o governo não ofereça uma solução no curto prazo - o que inclui a possibilidade de levar o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que susta reajustes de tarifas das distribuidoras em vários

Estados para o plenário da Câmara na semana que vem.

“Ele disse que está muito otimista com o negócio da Eletrobras, que já libera R\$ 5 bilhões para abater a conta, e também com essa questão do PIS/Cofins cumulativo em cima do ICMS, que tem R\$ 60 bilhões e já tem jurisprudência sobre isso”, disse o presidente da Frente Parlamentar de Energia Renovável, Danilo Forte (União Brasil-CE), que participou da reunião com Sachsida. Segundo o deputado, o ministro vai criar um grupo de trabalho no ministério para estudar se pode, por meio de uma resolução, injetar créditos do PIS/Cofins para diminuir a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que é paga pelas distribuidoras.

“O presidente Arthur Lira deixou claro ao ministro que ele, com sua equipe técnica, juntamente com a Aneel, precisam encontrar rapidamente uma solução para reduzir esse aumento da tarifa da energia. Caso não consigam encontrar uma solução, o presidente da Câmara vai tomar suas decisões com suas ferramentas”, afirmou o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), que também participou da reunião. “Foi uma conversa em tom amigável, construtiva, tentando buscar uma solução para o Brasil”, emendou.

Além de Sachsida e Lira, participaram da reunião representantes da Aneel, técnicos do governo, líderes partidários da Câmara e outros parlamentares. A preocupação do ministro, de acordo com participantes do encontro, que reconhecem a necessidade de cautela, é como uma possível quebra de contratos com as distribuidoras de energia seria vista pelo mercado, principalmente no exterior.

“Ele chegou a mencionar que a margem que ele tem é pequena”, disse um parlamentar, sob condição de reserva. “O resumo é: ministro, vai lá, conversa com a sua turma, se vira, arruma uma solução. Se o senhor não arrumar, nós vamos arrumar aqui [no Congresso]”, emendou.

ICMS

Outra alternativa para diminuir a conta de luz é o projeto de lei complementar de autoria do deputado Danilo Forte que fixa um teto de 17% para o ICMS que incide sobre energia e combustíveis. O parlamentar vai apresentar um requerimento de urgência para a tramitação da proposta.

De acordo com Forte, Sachsida ficou de conversar com o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre o projeto que altera a cobrança do ICMS. A proposta enquadra energia, combustível e água como bens de primeira necessidade. "Você modifica o código tributário nacional e enquadra o bem de primeira necessidade na tarifa máxima de 17%", explicou o deputado, que é autor do projeto.

"Como o código é do tempo do Getúlio [Vargas], energia e combustível naquela época era luxo. Então, os Estados tratam como bem especial. Como bem especial, a alíquota fica livre", disse Forte. Se a urgência for aprovada, a proposta não precisa passar pelas comissões da Câmara e pode ir direto para o plenário.

Lira, por sua vez, classificou a reunião como "produtiva" e cobrou uma solução rápida para os aumentos na conta de luz. "Nós esperamos uma resposta num prazo bastante curto para que a Câmara possa discutir, dentro do Congresso Nacional, na pauta do plenário ou não, a solução para este problema, que eu espero que venha da sensibilidade da Aneel e das distribuidoras, que fazem das concessões, neste momento no Brasil, um tema de grande discussão", declarou o presidente da Câmara.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a proximidade do cronograma de reajustes de energia elétrica das distribuidoras que atendem os dois maiores colégios eleitorais do País - Cemig (Minas Gerais) e Enel Distribuição (antiga Eletropaulo), de São Paulo - pressiona o novo ministro de Minas e Energia a buscar alternativas para travar a alta na conta de luz. O presidente Jair Bolsonaro cobra a redução de energia. Ele chegou a prometer 20% de queda na conta de luz, mas com os reajustes programados das distribuidoras a queda deve ficar em torno de 6%.

Em uma espécie de "levante" do Legislativo, parlamentares também querem explicações de Sachsida sobre a política de preços da Petrobras, os estudos para a privatização da empresa e o "Centrão", manobra para impor a construção de milhares de quilômetros de gasodutos no País, revelada pelo Estadão.

"Nós queremos ouvi-lo falar a respeito da política de preços da Petrobras, que tem feito o brasileiro sofrer muito. E também sobre a posição ou possíveis interferências do Ministério na proposta de construção do gasoduto que beneficiaria Carlos Suarez e custaria muito aos cofres públicos", afirmou a líder do PSOL na Câmara, Sâmia Bomfim (SP).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/05/2022



VALOR ECONÔMICO (SP)

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO AGRONEGÓCIO CALCULADO PELA FIESP SUBIU NO 1º TRI

Alta foi influenciada pelos bons resultados das exportações

Por Fernando Lopes, Valor — São Paulo

Os elevados preços das commodities, aliados aos resultados positivos das exportações, deixaram o agro brasileiro mais otimista no primeiro trimestre deste ano, mesmo em meio à escalada dos custos de produção e às incertezas que já se aprofundavam nas cadeias de insumos.

Segundo dados divulgados há pouco, o Índice de Confiança do Agronegócio (ICAgro), calculado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) a partir de pesquisa de campo da Agroconsult, alcançou 111,5 pontos no período, 1,9 ponto mais que no quarto trimestre de 2021. O resultado é dimensionado a partir de 1,5 mil entrevistas (645 válidas) com agricultores e pecuaristas do país. Cerca de 50 indústrias também são ouvidas.



Exportação de soja no porto de Paranaguá (PR) — Foto: Divulgação

"Depois da porteira"

A alta foi puxada pelas indústrias que atuam “depois da porteira”. O indicador que mede especificamente a confiança desse grupo chegou a 117,4 pontos de janeiro a março, 9 pontos a mais do que entre outubro e dezembro do ano passado.

“O bom momento das exportações do agronegócio é uma das razões às quais pode ser atribuído o ganho de otimismo, já que muitas empresas que compõe o grupo ‘depois da porteira’ são exportadoras”, afirma o diretor do Departamento de Agronegócio da Fiesp, Roberto Betancourt, em nota.

"Antes da porteira"

No caso das indústrias que atuam “antes da porteira”, onde estão as empresas de sementes, fertilizantes e defensivos, houve queda de 3,7 pontos na comparação, para 107,7 pontos, mesmo em meio à forte alta dos preços desses produtos.

“Boa parte das entrevistas aconteceu em março, durante o início da ofensiva russa na Ucrânia. Havia grande incerteza quanto à oferta e aos preços dos fertilizantes, e a comercialização de insumos para a próxima safra permaneceu praticamente parada”, lembra Betancourt.

Neste momento, como tem informado o Valor, são menores os temores em relação à falta de adubos para o plantio da próxima safra de verão (2022/23), mas não estão descartados problemas logísticos entre junho e agosto, quando as entregas aos produtores costumam ganhar ritmo.

Produtor agrícola

A alta dos preços dos nutrientes, que persiste, provocou uma queda de 2,9 pontos no indicador que mede a confiança do produtor agrícola no primeiro trimestre, para 109,1 pontos.

“A percepção sobre o custo de produção, que já era ruim no *final de 2021, voltou a cair em função da piora das relações de troca causada pela alta dos fertilizantes e pelos temores relacionados à sua disponibilidade”, diz Betancourt.

Também colaboraram para a modesta erosão das expectativas problemas relacionados ao crédito rural (alta de juros e esgotamento de fontes de recursos com equalização do Tesouro) e a quebra da safra de soja na região Sul e em parte de Mato Grosso do Sul, em decorrência da seca.

Produtor pecuário

O indicador que mede o humor dos pecuaristas, por sua vez, teve queda de 2,6 pontos de janeiro a março, para 101,4 pontos. No segmento, os custos também já estavam em alta e os preços dos bezerros, elevados. Como na agricultura, na pecuária o crédito era igualmente uma fonte de dor de cabeça.

A pesquisa da Fiesp também capturou uma melhora das perspectivas do agro para a economia brasileira em geral. Nesse frente, havia um maior pessimismo no quarto trimestre do ano passado, quando o ICAgro registrou queda expressiva em relação ao período imediatamente anterior.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/05/2022

HORIZONTE PREVÊ DOBRAR PROJETO DE NÍQUEL

Investimento na segunda linha de ferro-níquel, em Conceição do Araguaia (PA), do mesmo tamanho da primeira, é estimado em até US\$ 300 milhões

Por Ivo Ribeiro — De São Paulo



Vianna, diretor de projeto, explica que todo rejeito gerado será seco e empilhado em local próprio — Foto: Divulgação

A Horizonte Minerals, companhia com atuação no Brasil há cerca de dez, tem plano de colocar uma segunda linha de produção de ferro-níquel em Conceição do Araguaia (PA), ao lado da primeira, com início de produção em 2027. O investimento previsto nessa fase, devido à infraestrutura existente, será em torno de US\$ 250 milhões a US\$ 300 milhões.

A nova linha se justifica pelas reservas de minério de níquel na área de concessão da empresa na região. Com a mesma capacidade de ferro-níquel, a segunda linha será espelhada à primeira, gerando 14,5 mil toneladas de níquel contido.

Assim, eleva o total da produção a 29 mil.

A vida útil inicial da mina foi definida entre 26 e 28 anos, já considerando as duas fases de produção. Ao longo do tempo, novas reservas de minério serão incorporadas. A operação de extração do minério, do tipo laterítico, será em mina a céu aberto, que extrairá a partir de diversas cavas, numa profundidade de 70 centímetros abaixo do solo.

Segundo Vianna, a operação não utilizará água nas operações - portanto, todo o rejeito gerado será seco e será empilhado em locais próprios. O executivo acrescenta que a áreas de mineração situa em antigas fazendas de pecuária e não tem conflitos com indígenas. Haverá apenas um reservatório de água, que seguirá os requisitos de segurança estabelecidos pela Política Nacional de Segurança de Barragens. Em estudos com o Senai, verificou-se que a escória gerada no processo pode ser aproveitada para fazer cerâmica, pavimento e cimento.

A produção da liga de níquel e ferro exigirá uma suprimento de energia (65 MW médios), que será feito por uma linha de transmissão de 120 km. O produto, voltada à exportação, será transportado por via rodoviária, num percurso de 900 km, até o porto de Vila do Conde, ao sul de Belém - serão 2 mil viagens ao ano.

As carretas voltarão com carvão metalúrgico, item de grande importância no processo de produção. Junto com energia, são os dois itens de maior custo - em torno de 45% -, diz Miranda.

“O projeto é bastante competitivo. Na modelagem do estudo de viabilidade considerou-se preços entre US\$ 14 mil e US\$ 16.400 a tonelada, com uma taxa interna de retorno de 27%”, diz o CFO. O custo do metal do Araguaia, informa Vianna, será de US\$ 6,8 mil a tonelada. Nesta semana, o metal foi negociado na Bolsa de Londres (LME) a US\$ 28 a tonelada. “Entramos no lugar certo, no momento certo”, afirma Miranda.

As perspectivas de demanda são promissoras. A partir de 2025, diz, está previsto descolamento da curva de oferta e demanda, puxada pelo consumo de níquel para baterias de carros elétricos, enquanto o mercado de aço inox continuará em alta.

A estimativa de consultorias é de que a demanda vai evoluir de 2,5 milhões para 4 milhões de toneladas até 2040. “Não se vê novos projetos entrando no mercado”.

Segundo Vianna, no pico das obras vão ser de 2,2 mil, ou 3 mil pessoas, se houver necessidade de acelerar. Agora começamos a terraplenagem, a seguir a obra civil, depois a montagem eletromecânica e, por fim, o comissionamento das instalações fabris. Na operação, serão 500 pessoas. Dessas, já foi iniciado treinamento de 390 que são residentes na cidade.

A Horizonte vem atuando no Pará há cerca de dez anos. Nesse período, obteve concessões de pesquisa e lavra na região. Ampliou sua base de recursos minerais com a aquisição do Araguaia da Teck Resources e da gigante suíça Glencore.

A companhia também comprou uma operação da Vale, o Vermelho, em 2017, voltado para produção de níquel e cobalto, situado em Canaã dos Carajás, próximo da província mineral de Carajás.

Segundo a empresa, o Araguaia é o maior investimento em níquel do país. Com o Vermelho, que ainda depende de um estudo de viabilidade econômica que vai até meados de 2023, a Horizonte afirma que terá um “perfil de produção escalável de mais de 50 mil toneladas de níquel por ano”. Isso deverá ocorrer entre 2029/2030.

Com isso, diz, vai se posicionar entre os principais produtores mundiais de níquel, com operações bastante competitivas - no primeiro quartil na curva de custos de produção - menos de US\$ 10 mil a tonelada - e com longa vida útil da mina.

Para avançar no projeto, no ano passado a empresa fechou acordo de US\$ 25 milhões em royalties assinado com a Orion Resources Partners (uma das acionistas da Horizonte) visando realizar o estudo de viabilidade e licenciamento.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 18/05/2022

PRIVATIZAÇÃO NÃO GARANTE PREÇOS BAIXOS NA PETROBRAS

A proposta anunciada pelo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, não garantiria preços mais baixos de combustíveis no Brasil, segundo especialistas

Por Gabriela Ruddy e Robson Rodrigues — Do Rio e de São Paulo



Durante live, D'Elia e Alquéres alertaram para o risco de que qualquer intervenção no mercado pode desestimular os agentes privados e causar desabastecimento — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A proposta de privatização da Petrobras, anunciada pelo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, não garantiria preços mais baixos de combustíveis no Brasil, segundo o sócio da Leggio Consultoria, Marcus D'Elia, e o conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e ex-presidente da Eletrobras e da Light José Luiz Alquéres. Os executivos participaram da “Live do Valor”

realizada ontem.



Os especialistas apontaram que o preço dos combustíveis é uma cotação que depende do balanço entre oferta e demanda no mercado internacional. Por isso, para eles, a venda da petroleira não teria interferência nos custos finais aos consumidores e as declarações do ministro de Minas e Energia sobre a privatização causam ruídos no mercado.

Segundo os entrevistados, o preço do petróleo é definido pelo mercado e a evolução dos preços da commodity é uma tendência desde 2020, que se acelerou com a guerra na Ucrânia. “A percepção do preço caro do diesel e da gasolina vem da relação com o câmbio que está muito desvalorizado”, acrescentou D’Elia.

O sócio da Leggio lembrou que há um programa de desinvestimentos da Petrobras em que diversos ativos estão sendo vendidos, incluindo refinarias, e esse ruído não ajuda.

Na visão dele, a entrada no Brasil de novos refinadores privados e maiores investimentos em infraestrutura portuária ajudariam na competição nesse mercado e poderiam levar a uma possível estabilização nos preços de combustíveis.

Diante da atual conjuntura, os executivos avaliam também que o Brasil precisa de uma política energética alinhada com a política econômica.

Alquéres afirmou que discutir a privatização da Petrobras a poucos meses das eleições presidenciais, marcadas para outubro, é “uma tremenda bobagem”. O executivo lembrou do processo de privatização da Eletrobras, em que foram inseridos diversos “jabutis” - jargão usado para propostas onerosas ao setor incluídas nos projetos de lei - e que deve provocar mais custos para a sociedade. “Se a lei da privatização da Eletrobras já recebeu os jabutis do centrão, imagine uma lei de privatização da Petrobras batendo na mão do senhor Arthur Lira, o [Carlos] Suarez botando emendas. Isto é uma piada de mau-gosto, é um abuso do bom senso e uma agressão ao povo brasileiro”, disse.

Para Alquéres, os países que optam por uma economia de mercado precisam se preparar para ter preços estabelecidos conforme a oferta e a demanda. “Quando começam a fazer política em cima de preço spot [cotação utilizada no mercado de curto prazo] dá besteira, que é o que o Brasil está fazendo”, afirmou.

Com a escalada de preços dos combustíveis, tem sido cogitada a proposta de um fundo estabilizador com os dividendos da Petrobras pagos ao governo. Entretanto, na avaliação de D’Elia, o efeito na redução dos preços seria mínimo para o consumidor. O executivo acredita que um fundo estabilizador seria ideal para pequenas flutuações de preço, mas ressalta que esse tipo de proposta “não deveria ocorrer através da Petrobras, deve ser feito diretamente do governo para o consumidor”.

Os executivos concordaram com a ideia de que a intervenção no mercado, com a criação de preços artificiais, pode causar desabastecimento e desestimular agentes privados a atuar na importação de combustíveis.

D’Elia lembrou que atualmente o Brasil importa cerca de 25% do diesel que consome. “Se, por intervenção do governo, o diesel é trazido para o Brasil a um patamar muito baixo, isso impede a entrada do produto no país. Diminui o interesse das empresas privadas de importarem produto”, apontou.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 18/05/2022

DESACELERAÇÃO DA CHINA DESAFIA AMBIÇÕES DE XI

Xi conta com o nacionalismo para angariar apoio contra a ofensiva americana



O teste mais decisivo do enfrentamento da covid-19 na China veio nos últimos meses, quando a pandemia parece contida nos países desenvolvidos e em vários emergentes. O governo chinês atuou em escala nunca vista - 300 milhões de pessoas em lockdown ou com sérias restrições de mobilidade - com Xangai e seus 26 milhões de habitantes como símbolo da política de tolerância zero do presidente Xi Jinping. O resultado é que a economia esfria rapidamente, como era inevitável, e as mazelas chinesas reduzirão o crescimento global, sem, no entanto, contribuir significativamente para a redução da inflação, dada a interrupção massiva das cadeias de produção.

Quarenta e uma cidades afetadas pela redução da mobilidade somavam 30% do PIB chinês. Xangai, maior porto do mundo, e Shenzhen, o quarto, tiveram redução drástica de movimento, assim como as milhares de empresas em suas proximidades. Como no resto do mundo, o consumo foi o mais atingido de imediato. O varejo recuou 3,5% em março e 11,1% em abril, mas os choques foram severos também na oferta. A produção industrial recuou 2,9% (nos 12 meses encerrados em abril) e a produção de automóveis, 41%.

O combate implacável à pandemia agravou os problemas do cambaleante setor imobiliário, em reestruturação depois do colapso da Evergrande e da fragilidade financeira das grandes incorporadoras do país. A construção de novos imóveis diminuiu 44% nos doze meses encerrados em abril. A queda do volume de vendas de imóveis se aprofundou de 25,6% até março, em relação ao mesmo período de 2021, para 32,2% nos primeiros quatro meses do ano. As exportações cresceram menos, de 15% em março para 4% em abril.

A pandemia trouxe mais problemas terríveis para Xi, que já havia apertado o cerco sobre o setor imobiliário e de construção (quase um terço do PIB) e sobre as gigantes de tecnologia, em que uma razia regulatória deu uma base técnica ao objetivo de reduzir o poder político delas, que fora longe demais. O financiamento para as incorporadoras nunca mais foi o mesmo, compreensivelmente, embora, caso queira relançar a economia com rapidez, depois da paradeira dos lockdowns, algum estímulo deva ser colocado em ação.

A pandemia colocou mais distante a possibilidade de a China atingir a meta de 5,5% de crescimento no ano, a menor em décadas. No segundo trimestre a expansão será menor que os 4,8% do primeiro e as apostas dos analistas se deslocam para 4% no ano. Como o impulso econômico chinês é de 20% do global, uma redução desta magnitude pode tirar ao redor de 0,3 ponto percentual do PIB global, se a situação não piorar.

O governo chinês, porém, parece inclinado a repetir os estímulos de sempre, cada vez com menores resultados, de maiores investimentos na infraestrutura e na construção imobiliária. Com o consumo em queda, Pequim terá de ampliar a disponibilidade de crédito para os veículos de financiamento dos governos locais, usados no setor imobiliário, que andam em baixa. Até abril, movimentaram US\$ 112 bilhões, 25% menos do que no mesmo quadrimestre de 2021. É usar a mesma fórmula que levou à formação de bolhas de crédito e imóveis, cujos riscos minam a capacidade de crescimento e que são enfrentados com mais estímulos pelo governo.

Xi tentará este ano obter seu terceiro mandato como presidente e líder máximo do Partido Comunista. Há espaço para surpresa, embora pequeno. A insatisfação massiva com a forma truculenta com que os lockdowns foram executados e os protestos decorrentes se espalharam pelo país. Não se conhece dissensão no PCC, mas Xi usa a campanha contra covid como dogma e prova de lealdade. Um crescimento muito abaixo da meta será um sinal claro de revés.

A quebra da direção colegiada, que vinha colecionando sucessos econômicos desde Deng Xiaoping por mais de três décadas - e permitia correção de rumos sem desonras pessoais, está dando lugar à suposta infalibilidade do líder supremo, agora posta à prova em vários campos da vida nacional. Xi conta com o nacionalismo para angariar apoio contra a ofensiva americana. O "inimigo externo" serve também para apertar o controle ideológico do partido, o que por outro lado,

umenta o número de insatisfeitos nos escalões da hierarquia estatal. Xi pode obter o terceiro mandato que, então, se desdobrará em vários outros.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 18/05/2022

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

CONCESSÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO DEVE AVANÇAR NOS PRÓXIMOS DIAS

Deliberação da Antaq deve sair nesta semana e projeto segue para o TCU

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) – A agenda de concessões no setor portuário vai esquentar nos próximos dias. Ainda nesta semana, a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) deve deliberar sobre o relatório de análise e a resposta à consulta pública do projeto de concessão do Porto de São Sebastião, em São Paulo.

O Ministério da Infraestrutura e o BNDES estão fazendo atualização dos documentos, e a expectativa do governo é que siga para a análise do Tribunal de Contas da União antes do fim do mês. O leilão está previsto para o quarto trimestre.



Caminhões com gado chegam ao navio libanês Queensland no porto de São Sebastião, litoral de São Paulo - Diego Padgurschi/ Folhpress

A avaliação dentro do governo é a de que o resultado do leilão da Codesa (ES), neste ano, serviu de teste para os outros projetos, que incluem os portos de Santos (SP) e Itajaí (SC).

Segundo quem acompanha o processo de São Sebastião, há investidores buscando informações sobre o projeto, que prevê R\$ 23 milhões em investimentos privados. Delegado pela União ao estado de São Paulo, São Sebastião tem capacidade estática de 20 mil toneladas.

Fonte: *Folha de São Paulo - SP*

Data: 18/05/2022



AGÊNCIA BRASIL - DF

EMPRESAS AÉREAS: SENADO APROVA GRATUIDADE NO DESPACHO DE BAGAGENS

A medida contempla bagagens de até 23 quilos em voos nacionais

Por *Kariane Costa - Repórter da Rádio Nacional – Brasília*

O Senado manteve a gratuidade para despachar bagagens de até 23 quilos em voos nacionais. A proposta já passou pela Câmara, mas como houve modificações no texto, volta para uma nova análise dos deputados.

A retomada da gratuidade aprovada nessa terça-feira foi incluída por deputados em uma Medida Provisória sobre regras do setor aéreo.



A medida contempla bagagens de até 23 quilos em voos nacionais – Foto: © Rovena Rosa/Agência Brasil

O trecho polêmico gerou debate entre os senadores e, acabou sendo votado em separado. Por 53 votos contra 16 foi derrubada a cobrança da taxa de bagagens.

O relator, senador Carlos Viana, do PL de Minas Gerais, chegou a retirar o trecho do parecer, mas perdeu a votação em plenário.

Viana fez um apelo e chamou a medida de retrocesso e que vai prejudicar as empresas aéreas.

Em 2017 as companhias aéreas foram autorizadas a cobrar pela bagagem despachada.

Nelsinho Trad, do PSD do Mato Grosso do Sul, foi quem apresentou o destaque. Ele afirmou que a promessa do setor aéreo era que os preços das passagens iriam baixar, o que não aconteceu. Trad apresentou dados mostrando que, mesmo com a cobrança da taxa de bagagens o preço da passagem subiu 8% em 2019 e 20% no ano passado.

Além do despacho gratuito, a medida também traz alterações no Código Brasileiro de Aeronáutica. A MP foi editada em dezembro de 2021 pelo governo federal como parte do Programa Voo Simples, que contempla mais de 60 ações da Anac para simplificar e desburocratizar o setor de aviação.

Ainda nesta terça-feira o Senado Federal aprovou a Medida Provisória que traz isenção de Imposto de Renda Retido na Fonte para pagamentos de arrendamento de aeronaves por empresas brasileiras e do exterior. O texto vai à sanção presidencial.

Edição: Roberto Piza / Beatriz Arcoverde

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 18/05/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

THC: ARMADORES PEDEM QUE ANTAQ REVEJA PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA CONDUTAS ABUSIVAS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 18 Mai 2022



Arquivo/Divulgação

Antaq afirma que não exigirá apresentação de custos, e sim de valores médios. Agência diz que objetivo é saber qual valor cobrado, serviço prestado e memorial de cálculo relacionado em caso de intermediação.

Empresas de longo curso que operam no Brasil pedem que seja reconsiderada a proposta de publicação de uma instrução normativa voltada ao estabelecimento de metodologia para apreciação de condutas abusivas relativas ao THC (terminal handling charge).



Na visão dos armadores, eventuais abusividades devem ser investigadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) no controle regulatório ex-post, mediante solicitação dos usuários, a fim de apurar eventuais descumprimentos do contrato compactuado livremente entre as partes. O Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) propôs à agência a introdução de um monitoramento periódico das tabelas públicas de preços de THC divulgadas pelos transportadores marítimos.

O gerente de regulação da navegação da Antaq, Sérgio Oliveira, reforçou que a Antaq não exigirá apresentação de custos, e sim de valores médios. O objetivo, dentro da situação de prestação de serviço, é saber qual valor cobrado, serviço prestado e memorial de cálculo relacionado em caso de intermediação. "Não fazemos individualização. Falamos de valores médios e de um memorial de cálculo em que se guarde minimamente a relação da operação para com aquele usuário", disse Oliveira durante audiência pública promovida pela agência, na última terça-feira (17).

AFRMM

O Centronave também apontou que a implementação das propostas da minuta de resolução, ao retirar o THC do conhecimento de embarque (B/L), impactaria diretamente o cálculo do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), o que violaria o princípio constitucional da legalidade tributária. "Isso foi tratado na manifestação do Centronave e é um problema sério a ser analisado pela Antaq no nosso entendimento", disse o advogado André Marques Gilberto, que representou o Centronave na audiência.

A entidade sugeriu que a proposta de alteração da resolução 72 para que a natureza jurídica do THC seja entendida como de obrigação contratual resultante da livre negociação entre usuário e transportador marítimo traz uma restituição que não corresponde às relações jurídicas estabelecidas entre agentes que atuam nesse setor. O Centronave também avalia que as propostas de alterações de artigos da resolução 62 devem ser reconsideradas porque não existe a justificativa de assimetria de informação. "São propostas de implementação impossível pelos transportadores marítimos que alterariam a base de cálculo de um tributo sem prévia edição de lei", afirmou Gilberto.

Oliveira, da Antaq, ponderou que a abordagem da agência não impede a continuidade de aplicação da Lei do AFRMM, que seguirá sendo válida para seus fins de cálculo. Ele explicou que o objetivo é o entendimento técnico acerca da rubrica THC ter qualificação de extra-frete. O questionamento levantado é se está correto o entendimento inicial da área técnica de que a contratação feita pelo armador ou pelo transportador marítimo não estaria adequada dentro da rubrica frete. O gerente disse que a Lei do AFRMM permite que seja colocado para fins de ressarcimento do FMM. Mas, para fins regulatórios e para quem presta o serviço (terminais e operadores), a avaliação a princípio é que não parece estar embutida na rubrica frete.

O especialista em regulação da Antaq, Diego Amorim, ressaltou que as hipóteses levantadas pela área técnica, assim como o conteúdo da análise de impacto regulatório (AIR) sobre o THC, não são novidade porque vêm sendo discutidos nos últimos anos e passaram por mais de uma audiência pública. Ele lembrou que, no começo do processo, a Antaq recebeu contribuições falando que as comprovações desse serviço eram por recibo. O questionamento é se esses recibos podem comprovar o serviço e equivaler à nota fiscal.

Amorim acrescentou que a consulta tem objetivo de verificar qual serviço que o transportador marítimo faz em relação ao THC e o que de fato o THC cobrado pelo transportador remunera para que não seja considerado intervenção. E, não sendo intervenção, o que vai mudar a THC em relação à parcela da box rate (cesta de serviços). "Estamos dispostos a receber contribuições e entender, já que não é uma intermediação, o que está sendo feito", disse Amorim.

RESOLUÇÃO SOBRE RECURSOS DE CONTAS VINCULADAS CARECE DE ADEQUAÇÃO AO BR DO MAR, AVALIA ABAC

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 18 Mai 2022



Navio rumo à docagem no EAS (Arquivo/Divulgação)

Associação considera que novos critérios para liberação de recursos definidos em norma do CDFMM atenderam a demanda do setor, mas precisam se ajustar à Lei 14.301/2022 para ficarem atualizadas e melhorar o ressarcimento de reparos.

A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) avalia que os novos critérios para liberação dos recursos financeiros das contas vinculadas das empresas brasileiras de navegação (EBNs) atenderam a demanda do setor, porém ainda carecem de adequação imediata aos novos conceitos da Lei 14.301/2022 (BR do Mar). A Abac ressaltou que a resolução do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), publicada na última semana, era muito esperada por suas associadas porque, desde meados de 2021, alguns processos de ressarcimento de reparos de docagens estavam sofrendo bloqueios e glosas elevadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na 44ª reunião ordinária do CDFMM, realizada em julho de 2021, foi aprovado um texto elaborado por representantes de empresas de navegação, da indústria naval e dos agentes financeiros. A resolução, no entanto, não havia sido publicada até então sob a alegação de que a consultoria jurídica do Ministério da Infraestrutura desejava realizar aprimoramentos. "Neste meio tempo, o PL 4.199 (BR do Mar) continuou tramitando e em janeiro foi sancionado, desejando o Minfra incluir temas relevantes da nova Lei 14.301", disse o diretor-executivo da Abac, Luis Fernando Resano.

A Abac considera que as inclusões na resolução 185/2022, publicada na última semana, foram parciais. O entendimento é que a norma do CDFMM exige ajuste especialmente para viabilizar o uso do conceito de 'empresa especializada brasileira', assim como a verificação da possibilidade do uso do recurso para manutenção, em todas as suas categorias, mesmo sendo realizado pela tripulação, além da possibilidade de aquisição de equipamentos diretamente pela empresa de navegação.

"São conceitos trazidos pela Lei 14.301 que se aplicam não apenas no uso do recurso da conta vinculada, mas também para a obtenção de financiamento do FMM", analisou Resano. A resolução define as regras para a liberação dos recursos financeiros das contas vinculadas das EBNs, movimentadas por intermédio do agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM) em algumas hipóteses.

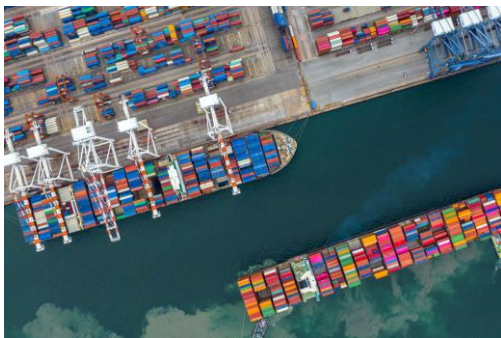
As EBNs que atuam na cabotagem apresentaram, na época das primeiras discussões e após a publicação da nova lei, sugestões para a elaboração da resolução, sendo algumas acatadas. "Com a edição da Lei 14.301, fizemos novas contribuições que esperamos que possam ser acatadas na nova e urgente revisão", frisou Resano.

A Abac avalia que ainda não pode ser percebido um ambiente favorável à realização de mais reparos e docagens em estaleiros brasileiros por conta da publicação da lei que cria o programa de estímulo à cabotagem. "Ainda não houve nenhuma alteração neste cenário, o que indica a necessidade de urgente atualização da resolução para adequá-la ao novo marco legal", afirmou Resano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 18/05/2022

ANTAQ PROMETE MAIS CLAREZA NAS NOVAS REGRAS SOBRE THC

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 17 Mai 2022



Arquivo/Divulgação

Agência afirma sempre ter sido permitida contratação direta junto a operadores. Usuários avaliam que pagamento deve ser feito ao terminal que prestar serviço. Longo curso nega que transportadores sejam intermediários ou representantes de seus clientes na contratação de serviço de operação de pátio.

O gerente de regulação marítima da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Sérgio Oliveira, afirmou, nesta terça-feira (17), que o THC (terminal handling charge) prestado pelos terminais portuários ficará mais claro para o usuário entender a composição de preços e poder adotar a conduta de contratação direta da instalação portuária, cujo instrumento nunca foi vedado. Oliveira frisou que a regulação ex-post vai analisar a situação em casos concretos de abusividade. Ele explicou que a abordagem, a princípio, não indicou existência de comportamento abusivo, porém a agência vai se debruçar quando houver esse tipo de situação e adotar usuário de meios para conhecer essas cobranças previamente.

Oliveira disse que a metodologia será abordada diante das denúncias e casos concretos e dentro de uma estratégia de regulação ex-post. "Ele [usuário] sempre pode fazer e estamos deixando de maneira expressa para quem não sabia dessa possibilidade possa usufruir disso e usar seu poder de negociação para obter negociações mais vantajosas", afirmou durante audiência pública sobre o tema.

O gerente mencionou que a agência se baseou em estudos sobre THC no Brasil e em portos internacionais que concluiu que, de maneira geral, o THC cobrado nos portos brasileiros está em linha com outros portos internacionais. "Identificamos como problema regulatório é a assimetria de princípio entre o valor de THC que usuário está pagando e o THC efetivamente pago pelo armador ao terminal e se esse serviço foi efetivamente prestado", disse.

O superintendente de regulação da Antaq, Bruno Pinheiro, acrescentou que a proposta da área técnica é que o cliente pode contratar diretamente dos terminais e que essa alternativa nunca foi proibida. "Hoje, se o usuário quiser contratar qualquer terminal de contêiner diretamente para pagar o THC, está disponível. O regulador não pode forçar o terminal a aceitar contrato do usuário", disse Pinheiro.

O Cecafé entende que o THC pago na origem dificulta a negociação dos embarcadores. A avaliação é que, se THC é serviço portuário, seus associados devem pagar para o terminal portuário que prestar o serviço. Para o Cecafé, o terminal portuário quem realiza o serviço de capatazia e deve fornecer o serviço para usuário, sendo para ele quem usuário deve pagar. "O navio de contêiner não tem guindaste para fazer operação portuária (...) Se o THC é um serviço portuário, o valor tem que ser informado à Antaq", afirmou o advogado Osvaldo Agripino, que representou o Cecafé na audiência.

Agripino chamou a atenção para o abuso de posição dominante de grandes empresas num mercado altamente concentrado. Ele acrescentou a necessidade de emissão de nota fiscal pelo serviço de THC. "Não pode haver justificativa plausível para a não emissão de nota fiscal", defendeu. O advogado citou uma denúncia feita por usuários e que o armador foi punido pela Antaq por falta de comprovante de ressarcimento.

Pinheiro, da Antaq, disse que a proposta é de emissão de nota fiscal em cima do spread. O superintendente disse que a agência espera uma análise crítica dos usuários sobre esse tema. O entendimento da área técnica é que o armador não deve ser obrigado a emitir novamente pelo

serviço se o terminal já emitiu a nota fiscal. Os técnicos da agência sugeriram a emissão de nota fiscal da cobrança de adicional (spread) do serviço de intermediação, a fim de que a Antaq compreenda o valor cobrado a mais.

A área técnica da Antaq também recomendou a mudança do conceito de THC, que hoje é de ressarcimento, para restituição, aceitando o spread. A avaliação da superintendência é que essa proposta é a mais sensível, pois alteraria um conceito estabelecido há 10 anos, desde a resolução 2389/2012. "Precisaremos ouvir as contribuições para a área técnica ter insumos para propor à diretoria se manteremos a opinião como instituição ou manteremos a regulação hoje de ressarcimento", ressaltou.

O Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) entende que as propostas da Antaq foram fundadas em premissas que parecem incorretas ao apontar que transportadores marítimos são intermediários ou representantes de seus clientes na contratação de serviço de operação de pátio. A entidade, que representa empresas de longo curso que operam no Brasil, considera que o transportador marítimo não atua como representante dos seus clientes perante o operador em relação a serviços de operação de pátio.

O advogado André Marques Gilberto, que falou em nome do Centronave, destacou que os armadores enxergam duas relações jurídicas distintas: o transportador contrata serviços de operação do operador portuário e celebra contratos individuais com seus clientes para fornecimento de solução integrada. "Não há qualquer tipo de direito do usuário em relação ao serviço de operação de pátio e tampouco qualquer assimetria de informação do usuário quanto aos termos do contrato entre transportador marítimo e operador", ressaltou Gilberto.

Segundo o advogado, o Centronave reforçou nas contribuições feitas à consulta pública que esses contratos são dotados de confidencialidade e que as informações de custos são concorrencialmente sensíveis e em linha com o entendimento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). "A dinâmica do THC não permite definição da natureza jurídica como valor pago a título de restituição porque o transportador é contratante efetivo dos serviços de operação de pátio obrigação contratual livremente pactuada entre transportador e cliente", defendeu Gilberto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 18/05/2022

AGENTES VEEM BOAS OPORTUNIDADES PARA LIGAÇÃO ENTRE LAGOA DOS PATOS E LAGOA MIRIM

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 17 Mai 2022



Arquivo/Divulgação

Embaixador uruguaio no Brasil destacou que investimentos para conexão entre duas lagoas, no Rio Grande do Sul, e navegabilidade é um projeto binacional que beneficiará dois países.

Agentes do setor portuário e autoridades uruguaias acreditam que o projeto para a navegabilidade entre a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul, ampliará consideravelmente as oportunidades logísticas para os dois países. A avaliação é que os investimentos se viabilizam por ser relativamente mais simples do que outras hidrovias do Brasil e que o projeto pode se consolidar por meio de parceria público-privada (PPP). O projeto foi incluído como prioridade no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) no final do ano passado e pode se tornar o primeiro piloto de privatização de uma hidrovia no país.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, afirmou, nesta terça-feira (17), que os investimentos são factíveis diante da importância do projeto de ligação que representará um marco nas hidrovias e um ponto de partida. Nery confirmou que o projeto poderá ocorrer por PPP e explicou que o estreito canal de São Gonçalo, que liga as duas lagoas, é natural e deve precisar de poucas intervenções. Ele explicou que a eclusa servirá para regularizar o fluxo hídrico e impedir a contaminação de águas salgadas na Lagoa Mirim. "Pela magnitude de investimentos, a parceria concebida deverá ser viável para que a hidrovia Lagoa Mirim seja realidade", projetou durante painel do evento Sul Export.

O diretor-geral acrescentou que o contrato de concessão dará mais segurança jurídica para a empresa que desejar explorar a hidrovia, por meio de um contrato que pode chegar a 25 anos para manter o nível de serviço. A hidrovia terá composições com até 90m de comprimento, 30m de boca e 2,5m de calado. "Se espera, com a viabilidade e implantação da hidrovia, atrair investimentos privados para fazer instalações. É natural a participação da iniciativa privada", disse Nery.

No mesmo painel, o embaixador do Uruguai no Brasil, Guillermo Valles, considera que prolongar a hidrovia da Lagoa dos Patos até a Lagoa Mirim é uma ligação relativamente simples, na medida em que fará uma integração de Lagoa Mirim, de água doce, com uma via que já conecta a Lagoa dos Patos, de água salgada, que se conecta a Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, podendo chegar a Porto Estrela. O trajeto, de aproximadamente 250km de extensão, tem 18 terminais portuários

Valles destacou que trata-se de um projeto binacional, com obras nos dois países, que demandará R\$ 80 milhões para dragagem, balizamento, sinalização e manutenção de uma porção pequena. No lado uruguaio, existe o projeto de um terminal portuário no Rio Taquari, segundo afluente da Lagoa Mirim. Um terço da Lagoa Mirim se encontra em território uruguaio. O embaixador destacou que após a dragagem inicial de 3 milhões de toneladas de areia, serão necessários em torno de 200.000 m³ de areia com dragagem de manutenção.

Ele estima que esses investimentos, da ordem de R\$ 100 milhões, podem beneficiar o desenvolvimento de um milhão de hectares no Uruguai que poderiam ser destinados à produção agrícola intensiva de trigo, soja, milho e outras cargas. Valles acredita que o projeto é viável, sobretudo diante do impacto socioeconômico. "As cargas uruguaias não têm que obrigatoriamente que sair por portos uruguaios porque elas têm que sair pelos portos mais vantajosos/menos custosos para nossos produtores e exportadores. Se tem que sair por Rio Grande, que seja assim. Essa é a verdadeira integração", disse o embaixador.

O líder regional de logística da Braskem, Carlos Eduardo Campos, disse que a parceria com a Wilson Sons aproveitou um píer que estava ocioso na região para movimentação e cargas. "A Wilson Sons hoje movimenta 800 contêineres pela hidrovia, [unidades] que retiramos do modal rodoviário e agregamos à logística local, com frete competitivo para a Wilson Sons e budget extra para a Braskem para área existente", destacou. O Tecon Santa Clara iniciou suas operações com uma barça, em outubro de 2016, quando a parceria entre as duas empresas reativou o píer IV do terminal e retomou o transporte de carga pelo Rio Jacuí, entre Triunfo e o Porto do Rio Grande.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 18/05/2022

ESTUDO REVELA QUE DEMANDA FUTURA DE COMBUSTÍVEL PARA O SETOR MARÍTIMO É IGUAL À ATUAL PRODUÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Da Redação NAVEGAÇÃO 17 Mai 2022

Novos dados divulgados nesta terça-feira (17) revelam como a indústria naval global exigirá o equivalente a toda a demanda atual de energia renovável do mundo para substituir o uso de combustível fóssil.



O 'Fuelling the Fourth Propulsion Revolution', de autoria do professor Stefan Ulreich, da Universidade de Ciências Aplicadas da Alemanha, e encomendado pela Câmara Internacional de Navegação, destaca a 'enorme oportunidade' para investidores e governos representados pela necessidade de novos combustíveis verdes para a indústria marítima.

Para atingir a meta zero (líquida) do setor em 2050, as necessidades de combustível do transporte marítimo exigiriam que a eletricidade de fontes renováveis aumentasse em até 3.000 TWh, segundo o relatório. Isso é o equivalente à atual produção mundial de energia renovável.

Constatou-se que, para atingir o cenário de emissões líquidas zero até 2050, o mundo precisaria de um aumento de 18 vezes na capacidade de produção renovável existente.

Tomando como exemplo o comércio global de hidrogênio, o relatório identificou benefícios potenciais substanciais para os países exportadores e importadores, particularmente no hemisfério Sul. Isso se deve aos diferenciais de custo de produção em todo o mundo. A abundância de fontes como energia solar e eólica, em muitos países africanos e latino-americanos, pode proporcionar a produção de combustíveis de hidrogênio a um custo muito menor.

O relatório identificou os pioneiros que buscam aproveitar essas oportunidades de investimento, incluindo Alemanha, Argélia e Chile, que assinaram vários acordos bilaterais sobre a produção de combustíveis de hidrogênio, vistos como essenciais para abastecer navios.

As estimativas mostram um potencial de produção de mais de 10.000 TWh para combustíveis com zero carbono nas regiões costeiras do mundo. O transporte marítimo vê o investimento nessas áreas como fundamental.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 18/05/2022

PORTO DE SUAPE GANHA CAMPUS AVANÇADO DA UFRPE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17 Mai 2022



A iniciativa tem como objetivo desenvolver soluções com alto potencial econômico e contribuir para o desenvolvimento socioambiental do território de Suape

O Porto de Suape e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), por meio de convênio de cooperação técnica, anunciaram, nesta terça-feira (17), a instalação da Estação Suape-UFRPE de Sustentabilidade (Esus). O acordo trata da implantação de uma unidade de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da instituição de

ensino superior no prédio sede da estatal portuária.

A parceria tem como meta fortalecer a criação de soluções para temas complexos nas áreas de engenharia, tecnologia ambiental, biotecnologia, agroecologia e responsabilidade social, além de ações para redução de custos no desenvolvimento de projetos.



O lançamento da Esus foi oficializado com a assinatura de uma ordem de serviço, durante solenidade no Centro Administrativo de Suape, da qual participaram o diretor-presidente de Suape, Roberto Gusmão; o diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade da empresa, Carlos Cavalcanti; o reitor da UFRPE, Marcelo Carneiro Leão; docentes e pesquisadores da instituição, além do corpo técnico do atracadouro. O campus avançado da universidade funcionará no 5º andar da sede de Suape, espaço reformado para viabilizar o funcionamento da unidade.

Pelo acordo de cooperação técnica, coube ao Porto de Suape ceder o espaço físico para a instalação da Esus e prover os recursos para o desenvolvimento de projetos. Também fica sob responsabilidade do atracadouro elaborar e submeter propostas de editais para a captação de recursos em parceria com a universidade, bem como estreitar o relacionamento com as empresas instaladas em Suape, a fim de compartilhar serviços, experiências e informações.

De acordo com o diretor-presidente de Suape, Roberto Gusmão, a parceria com a UFRPE permitirá ampliar o leque de soluções tecnológicas e socioambientais para reduzir custos e melhorar processos nos projetos estratégicos. “Com o auxílio da academia, buscaremos as melhores alternativas para implementação dos nossos projetos, de forma que gerem custo-benefício e sejam ambientalmente sustentáveis. Já temos uma parceria com o CESAR para desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e entregamos produtos importantes, como o App Suape e o SuapeGEO. Com a chegada da universidade a esse time, Suape deverá se tornar, em pouco tempo, um dos portos mais modernos do Brasil”, pontuou Gusmão.

Para o reitor da universidade, Marcelo Carneiro Leão, a instalação da Esus no Porto de Suape é uma iniciativa fundamental para o progresso da inovação nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, que podem contribuir para a criação das estratégias de desenvolvimento para Pernambuco. Segundo ele, a parceria reflete a ideia da hélice quádrupla de trabalho. “Este é um marco importantíssimo para o estabelecimento das relações entre a universidade, o governo, a iniciativa privada e o terceiro setor. Acredito que essa estação vai fomentar projetos de grande interesse para o crescimento do nosso estado”, enfatizou.

“A implantação da Esus consolida a presença e a atuação da universidade no principal complexo industrial portuário do Nordeste, contribuindo para o desenvolvimento econômico, ambiental e social sustentável em todo território de Suape”, afirmou Carlos Cavalcanti. “A concretização do campus é um dos objetivos estratégicos, previstos no novo Plano Diretor - Suape 2030, para dotar o complexo de estrutura física voltada ao desenvolvimento de pesquisas nas áreas de tecnologia ambiental e biotecnologia, em parceria com universidades”, acrescentou.

O coordenador de Monitoramento e Licenciamento Ambiental de Suape, Rodrigo Xavier, comentou sobre a relevância de ter um campus avançado da UFRPE no porto. “Além de ensino de excelência, a universidade tem como marcas o desenvolvimento sustentável e soluções inovadoras para problemas socioambientais. A presença da instituição aqui será valiosa para a dinâmica econômica, ambiental e social do complexo”, avalia. Para ele, a parceria fortalecerá as atividades de pesquisa e inovação aplicadas ao território. “Agora, contando com um centro de pesquisa na empresa, poderemos potencializar nosso trabalho para o desenvolvimento econômico com base científica e inclusão social”, concluiu o gestor.

A colaboração entre Suape e UFRPE teve início com a assinatura de um protocolo de intenções em 2021, para a viabilização de um conjunto de projetos acadêmicos de ensino, extensão, pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. Entre eles, está o projeto Megamar, que tem a intenção de avaliar a diversidade e abundância relativa da megafauna presente no ecossistema marinho da região. A parceria com a universidade, que faz parte do Programa Suape Sustentável, fomenta ações e projetos integradores voltados para a área ambiental, assim como soluções tecnológicas para o complexo industrial portuário.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/05/2022

GRUPO DISLUB EQUADOR E COMPLEXO DO PECÉM ASSINAM PRÉ-CONTRATO PARA INSTALAÇÃO DE PARQUE DE TANCAGEM DE COMBUSTÍVEIS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17 Mai 2022



O Grupo Dislub Equador, quarto maior distribuidor de combustíveis nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, assinou nesta terça-feira (17) com o Complexo do Pecém (CIPP S/A) pré-contrato para a implantação de um parque de tancagem de combustíveis na área do terminal portuário do Pecém.

Com investimento inicial previsto de R\$ 300 milhões, sendo R\$ 200 milhões na primeira fase, o empreendimento se propõe a criar uma solução logística mais moderna e eficiente ao mercado cearense de combustíveis. Além disso, todas as distribuidoras interessadas em comercializar combustíveis no estado poderão utilizar o novo parque de tancagem do Complexo do Pecém.

“Entendemos que o Porto do Pecém possui características ideais para a operação de combustíveis líquidos. A infraestrutura dos berços, com um dos melhores calados do Brasil, somada ao fato dos tanques serem instalados em uma área estratégica, sem riscos às atividades urbanas, torna o Pecém imprescindível para a continuidade e a expansão das atividades de distribuição de combustíveis no Ceará”, enfatiza o CEO do Grupo Dislub Equador, Sérgio Lins.

“O desenvolvimento dessa operação traz uma nova oportunidade ao mercado cearense. Estamos falando de uma maior competitividade de custos, objetivando não apenas uma redução de preços ao consumidor final, mas principalmente aumentando o nível do serviço de distribuição de combustíveis no estado do Ceará e região”, conclui o CEO do Complexo do Pecém, Danilo Serpa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/05/2022

BRADO PASSA A INTEGRAR PACTO GLOBAL DA ONU

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17 Mai 2022



A Brado acaba de ingressar na Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da Nações Unidas (ONU) para mobilizar a comunidade empresarial na adoção e promoção, em suas práticas de negócios, de Dez Princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Pacto Global também assumiu a missão de engajar o setor privado nesta nova agenda.

A partir de maio, a Brado começa a participar das agendas da iniciativa da ONU. “Vamos envolver a companhia em questões de sustentabilidade globais e trazer esses novos contextos para dentro da nossa operação”, fala Marcelo Saraiva, presidente da operadora multimodal. “Estamos muito felizes porque a sustentabilidade sempre foi marcante em nossa história. Antes da adesão, já apresentamos ao mercado opções como a calculadora de emissões de CO2 do Green Log, o nosso projeto de gestão para redução dos gases de efeito estufa. E a partir de agora, queremos inovar ainda mais ‘dentro de casa’ e com a integração total do nosso time.”



A sustentabilidade na Brado também passa pela energia utilizada em suas operações. A empresa utiliza energia de fonte renovável em seus terminais de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Em 2021, a companhia recebeu o certificado I-REC, que reconhece que cada 1 MWh de energia consumida pela empresa no ano anterior foi gerada por fontes renováveis (no caso da Brado, foi a hídrica). Emitido pelo Instituto Totum, o I-REC comprova o comprometimento da empresa em promover o uso de energia renovável e a redução de emissão de CO2 à atmosfera.

Os primeiros passos na iniciativa da ONU

No dia 6 de maio, a empresa apresentou o Pacto Global internamente, iniciando o engajamento de seus colaboradores com o lançamento dos Grupos de Trabalho dos Embaixadores de ESG. “Teremos três grupos de trabalho relacionados aos três compromissos para o desenvolvimento sustentável da Brado: segurança, diversidade e sustentabilidade”, explica Saraiva.

Além do dia a dia, a Brado também vai produzir e publicar o relatório anual COP (Comunicação de Progresso): “É uma ferramenta de transparência e prestação de contas”, comenta o presidente da Brado. O documento deverá ser entregue um ano após a entrada da empresa na iniciativa.

Criado em 2000, o Pacto Global foi idealizado pelo ex-secretário-geral da ONU Kofi Annan e dá aos membros acesso a ferramentas que contribuirão para ampliar o envolvimento da Brado com os temas de sustentabilidade e com as discussões na área.

Também possibilita a participação em programas locais e internacionais, dentre os quais os grupos temáticos que conduzem projetos nas áreas de água, alimentos e agricultura, anticorrupção, direitos humanos e trabalho, energia e clima e ODS. Com mais de 17 mil participantes em quase 170 países, a iniciativa conta com mais de 1,3 mil membros no Brasil, país que possui a terceira maior rede no mundo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/05/2022



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006